



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

GISELLY SANTOS DO NASCIMENTO

**ENTRADA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE
ADAPTAÇÃO:** as relações entre pais, crianças e professores no desenvolvimento
do processo educativo.

GUARABIRA/PB
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244e Nascimento, Giselly Santos do
Entrada da criança na educação infantil e o processo de
adaptação [manuscrito] : As relações entre pais, crianças e
professores no desenvolvimento do processo educativo. / Giselly
Santos do Nascimento. - 2017.
73 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Taises Araújo da Silva Alves, Departamento de
Pedagogia".

1. Educação Infantil. 2. Processo de Adaptação. 3. Processo
Educativo. I. Título.

21. ed. CDD 372.24

GISELLY SANTOS DO NASCIMENTO

ENTRADA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO: as relações entre pais, crianças e professores no desenvolvimento do processo educativo.

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, sob orientação da Prof. Dra. Taíses Araújo da Silva Alves.

Área de concentração: Educação Infantil

Aprovada em 31/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Taíses Araújo da Silva Alves
Prof^a Taíses Araújo da Silva Alves (Orientadora)
Dra. em Ciências da Educação/UEPB

Márcia Gomes dos Santos Silva
Prof^a Márcia Gomes dos Santos Silva
Me. em Ciências da Educação/UEPB

Maria Fernanda da Silva Santos
Prof^a Maria Fernanda da Silva Santos
Esp. em Educação Infantil/UNIP

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. E a meu guerreiro (Painho), pois um dos seus maiores sonhos era presenciar minha formatura como professora e infelizmente em uma das surpresas que a vida nos faz, ele partiu e foi morar nos braços de Deus. Mas, estou aqui para realizar seu desejo. COM CARINHO DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que este trabalho fosse concluído, mesmo ao meio de tantos acontecimentos, dificuldades e vontade de desistir.

A Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, Centro de Humanidades Osmar de Aquino, pela oportunidade de realizar o curso de Pedagogia. Ao seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela hoje, alcanço um horizonte superior, eivado pela centrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A Professora Taises Araújo da Silva Alves, pela orientação, apoio, confiança e pela oportunidade de elaboração deste trabalho.

Agradeço a todos os professores/as por me oportunizar o conhecimento no processo de formação profissional, a todos/as que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Agradeço especialmente, a minha eterna professora Mariza Tayra (*in memória*), pelas sábias palavras de apoio perante um momento inexplicável na minha vida. Palavras estas que jamais serão esquecidas.

Agradeço a minha mãe Joselia Santos Bezerra do Nascimento, minha heroína, pelo apoio e incentivo nas horas difíceis. E nos momentos de desespero me aconselhava e me acalmava. Ao meu pai Francisco das Chagas do Nascimento (*in memória*), pelas imensas noites que ficou me esperando no ponto de ônibus, perdendo o sono para proteger-me, até o último dia de sua vida. Saibas que onde estiver nunca vou esquecer-me de seus ensinamentos. Agradeço pela constante dedicação e carinho. Agradeço infinitamente aos meus irmãos Jeferson e Júlia pelo companheirismo e carinho.

Agradeço as minhas Tias (Marilene, Mariza, Marizete, Margarete, Josabete, Joselice, Vanusa, Valquiria) e aos meus Tios (Marcos e Marcos), aos meus primos e primas por fazerem parte da minha estrada da vida e pelo estímulo e apoio.

Agradeço ao meu noivo Antônio Carlos Soares Segundo por aguentar minhas crises de estresse durante todo o percurso do curso, estendendo a mão e me acalmando em seus braços, sendo o meu maior apoio durante esta batalha.

A minha turma de Pedagogia 2012.1 – Noite, e em especialmente as minhas amigas e companheiras de todas as horas, Ana Paula da Silva Sales, Cintya Calyne Pereira, Valquiria dos Santos Silva, Vanderleia Lima de Oliveira, obrigada pelo apoio e compreensão.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha trajetória de formação em Pedagogia, obrigada.

“Quando alguém se interessa pelo que faz, é capaz de compreender esforços até o limite de sua resistência física”.

(JEAN PIAGET)

RESUMO

O processo de adaptação na Educação Infantil é um momento em que a criança começa a construir uma nova etapa em sua vida. Nesse período de transição do ambiente familiar para o escolar surgem diversas situações que devem ser analisadas por todos os inseridos no cotidiano escolar. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de adaptação escolar de crianças entre três e quatro anos de idade, com ênfase na relação família e escola na Educação Infantil, respondendo aos objetivos específicos: descrever o processo de adaptação escolar na Educação Infantil, refletir sobre a relação família-escola, identificar as estratégias e planejamento da escola e dos professores no âmbito do processo de adaptação. Deste modo, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, realizados através de análise dos documentos oficiais e Estudo de Caso no Centro de Educação Infantil Noilde Ramalho na cidade de Passa e Fica/RN. A amostra se constitui do próprio universo da pesquisa que são os pais, professores e a gestão escolar da referida instituição. O instrumento utilizado para coleta de dados da pesquisa foram questionários, sendo trabalhados com análise de conteúdo. Os pressupostos teóricos que embasam este estudo no que diz respeito a retrospectiva histórica e conceitual da Educação Infantil no Brasil: do passado aos dias atuais (Oliveira (2005, 2011), Rizzo (2003) e Ortiz (2012), enfoques conceituais sobre criança e infância (Sarmiento e Pinto (1997), Ariés (1978) e Larrosa (2001), políticas públicas para a Educação Infantil (Documentos e Leis: Constituição de 1988, LDB, ECA, DCNEI, RCNEI, BNCC), processo de adaptação da criança na Educação Infantil (Balaban (1988), Sartori (2016), Rosseti-Ferreira (2017); as relações entre pais, crianças e professores no espaço educativo, (Santos (2001) e Perrenoud (2000); e as análises e discussões dos resultados. A partir dos dados coletados observou-se que a adaptação é um processo gradativo, que implica mudanças na vida e na rotina de todos os envolvidos e o sucesso deste período depende do estabelecimento de vínculo afetivos entre crianças, pais e professores. A forma como o período de adaptação é sentido e vivenciado pelas pessoas envolvidas influencia e também é influenciada pelas reações demonstradas pelas crianças. Cada criança é única e possui suas individualidades, por isso o processo de adaptação é um desafio constante, pois cada criança demonstra suas características e necessidades de modos variados e são essas manifestações que norteiam esse processo e direcionam a prática pedagógica da instituição.

Palavras-Chaves: Educação Infantil. Processo de Adaptação. Relação família escola.

ABSTRACT

The process of adaptation in Early Childhood Education is a time when the child begins to build a new stage in their life. In this period of transition from the family to the school environment, there are several situations that must be analyzed by all those inserted in the daily school life. Thus, this work has as general objective to analyze the process of school adaptation of children between three and four years of age, with emphasis on family and school relationship in Early Childhood Education, responding to the specific objectives: describe the process of school adaptation in Early Childhood Education, To reflect on the family-school relation, to verify the strategies and planning of the school and the teachers in the scope of the adaptation process. In this way, it is characterized as a qualitative research, with descriptive objectives, bibliographic procedures and case study. The research and sample universe is the process of adaptation in Early Childhood Education, parents, teachers and school management. The instrument used to collect data from the research were questionnaires, being worked with content analysis. The theoretical assumptions that support this study regarding the historical and conceptual retrospective of Early Childhood Education in Brazil: from the past to the present day (Oliveira (2005, 2011), Rizzo (2003) and Ortiz (2012), conceptual approaches on child and Children and adolescents (Sarmiento and Pinto, 1997), Ariés (1978) and Larrosa (2001), public policies for Early Childhood Education (Documents and Laws: 1988 Constitution, LDB, ECA, DCNEI, RCNEI, BNCC) (Santos (2001) and Perrenoud (2000)), and the analyzes and discussions of the children's education (Balaban, 1988), Sartori (2016), Rosseti-Ferreira (2017); Based on the collected data, it was observed that adaptation is a gradual process, which implies changes in the life and routine of all involved and the success of this period depends on the establishment of affective bonds among children, parents and teachers. As the Period of adaptation is felt and experienced by the people involved influences and is also influenced by the reactions demonstrated by the children. Each child is unique and has its individualities, so the process of adaptation is a constant challenge, since each child demonstrates their characteristics and needs in varied ways and it is these manifestations that guide this process and direct the pedagogical practice of the institution.

Keywords: Early Childhood Education. Process of Adaptation. Relation family school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS.....	13
2.1.1 Enfoques Conceituais sobre criança e infância.....	24
2.1.2 Políticas Públicas para a Educação Infantil.....	30
2.2 PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL...37	
2.2.1 As relações entre pais, crianças e professores no espaço educativo.....	42
3. METODOLOGIA.....	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE.....	69

1. INTRODUÇÃO

Discutir sobre a Educação Infantil inclui vários temas e assuntos que devem ser explicados e analisados, pois, trata-se, de um tema amplo e de extrema importância para o desenvolvimento da educação, e de sua efetivação. A idade pré-escolar é sempre reconhecida como uma fase mágica na vida das crianças. O desenvolvimento da linguagem, da capacidade de pensar e de relacionar-se com os outros, as descobertas, o crescimento acelerado, e também os medos e a insegurança fazem com que esses momentos sejam carregados de contradições e dúvidas por todos que direta ou indiretamente são responsáveis por essas crianças.

Goldschmied (2006, p.13) atesta que “uma sociedade pode ser julgada pela sua atitude em relação a suas crianças pequenas, não somente no que diz sobre elas, mas também em como essa atitude é expressada no que lhe é oferecido ao longo de seu crescimento”. Acerca desse critério, no Brasil, progredimos nos últimos anos, pois foram formuladas políticas públicas de grande importância para a educação das crianças pequenas, o que antes não existia, e o pouco que havia eram negligenciados, essa situação foi reformulada e hoje estamos com um grande progresso relacionado ao educar e cuidar das crianças na forma da lei.

O campo dos serviços para a primeira infância transformou-se, conforme expressa Goldschmied (2006, p. 13) “as árvores são ainda deveras esparsas e apenas rebentos em sua maioria, vulneráveis aos ventos de crises econômicas ou aos caprichos de políticos”. Apesar dos avanços reconhecidos legalmente, ainda estamos longe de dar sério reconhecimento à importância dos primeiros anos de vida das crianças, a ausência, ao longo da maior parte do século XX, de quaisquer políticas coerentes para os cuidados e a educação da primeira infância colocou quase todo o fardo da criação da próxima geração sobre os ombros da família.

A relevância dessa pesquisa se justifica pela tentativa de conceituar o período de adaptação no ponto de vista dos sujeitos inseridos no processo, analisando os conceitos sobre criança e infância e o quanto estes conceitos foram sendo modificados até a modernidade. Observando também as transformações referentes à maneira de ensinar e educar.

O interesse pela temática da adaptação surgiu a partir da minha prática docente. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de adaptação escolar de

crianças entre três e quatro anos de idade, com ênfase na relação família e escola na Educação Infantil, respondendo aos objetivos específicos: descrever o processo de adaptação escolar na Educação Infantil, refletir sobre a relação família-escola, identificar as estratégias e planejamento da escola e dos professores no âmbito do processo de adaptação.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, realizados através de análise documental e Estudo de Caso no Centro de Educação Infantil Noilde Ramalho na cidade de Passa e Fica/RN. A aplicação dos questionários foi realizada com a gestora, professores/as e mães de crianças que estão no processo de adaptação escolar.

Este trabalho, além desta introdução, está dividido em cinco momentos, sendo eles: quatro na fundamentação teórica, o primeiro, *Retrospectiva Histórica e Conceitual da Educação Infantil no Brasil: do passado aos dias atuais*, expõe um breve histórico da trajetória da Educação Infantil no nosso país. No segundo momento, *Enfoques conceituais sobre criança e infância*, apresenta conceitos que são construídos e desconstruídos pela sociedade. *Políticas públicas para a Educação Infantil*, terceiro momento, discute as principais políticas públicas educacionais referentes à Educação Infantil no Brasil. O quarto momento, *o processo de adaptação das crianças na Educação Infantil*, e o quinto e último momento da fundamentação teórica, *As relações dos pais, crianças e professores no espaço educativo*, traz elementos que evidenciam como o processo de adaptação acontece no ambiente escolar, e o posicionamento dos pais e da escola acerca deste processo. O tópico dos resultados e discussão da pesquisa aborda as situações cotidianas que o processo de início da vida escolar impõe, demonstram-se, as informações levantadas na pesquisa, acompanhado de um debate dos resultados.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Escrever sobre Educação Infantil atualmente é essencial, pois estamos num momento especial em que podemos comemorar os avanços conquistados por essa área, mesmo que isso ainda seja apenas em alguns lugares. A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação, sendo assim, representa o alicerce da educação fundamental para o crescimento das crianças, é na educação Infantil em que as crianças têm o primeiro contato com a educação formal, com outras crianças da mesma faixa etária, como também com outros adultos fora do vínculo familiar. E com esse contato com o novo ambiente e as novas pessoas, e conseqüentemente com outra realidade totalmente diferente da vivenciada em sua casa, a criança sente-se estranha a esse novo meio, e procura de uma forma ou outra mostrar seus anseios. É neste ponto em que a escola deve trabalhar, buscando maneiras de inseri-las no desenvolvimento do processo educativo. Sabemos que o acesso às instituições de Educação Infantil é obrigatório para as crianças a partir de quatro anos de idade, e nestas instituições surgem várias questões em que as crianças, pais, professores passam durante o processo educativo. Nesta linha de pensamento abordaremos questões para a compreensão do processo histórico e social da Educação Infantil, com um foco maior na adaptação das crianças na creche.

2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DO PASSADO AOS DIAS ATUAIS

Neste primeiro momento abordaremos a retrospectiva histórica e conceitual da Educação Infantil no Brasil, de modo a exemplificar o processo em que a Educação Infantil passou até chegar ao que está formado hoje em nossa sociedade, de maneira clara, proporcionando um estudo nesta área, que até certo tempo atrás não era abordada ou compreendida, mostrando que foi através de várias lutas e movimentos que implantaram o que chamamos hoje, de instituições de Educação Infantil.

Desde surgimento da primeira creche até os dias atuais ocorreram grandes mudanças referentes à criança e a educação das mesmas, em razão do qual ampliaram seus objetivos e responsabilidades. É importante conhecermos a evolução e transformação do papel da mulher, da criança para compreendermos os conceitos e

preconceitos que nortearam as expectativas a respeito do que seria necessário fazer pela infância.

Durante muito tempo, o cuidado e a educação das crianças pequenas eram vistas como tarefas da família, principalmente das mães e de outras mulheres. Depois do desmame, a criança era percebida como um pequeno adulto, quando já alcançava certo grau de independência, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas e a aprender o básico para sua inserção social. Não se considerava a identidade pessoal da criança. Devido ao caráter familiar do atendimento à criança pequena, as primeiras denominações das instituições infantis fazem uma referência a esse aspecto.

Nas sociedades primitivas, as crianças que se encontravam em situações desfavoráveis, como o abandono, eram cuidadas por uma rede de parentesco, ou seja, dentro da própria família. Na Idade Antiga, os cuidados eram oferecidos por mães mercenárias, que não tinham nenhum tipo de preocupação com as crianças, sendo que muitas morriam sob os seus cuidados.

Até meados do século XIX, no meio rural principalmente, já que a maioria da população vivia no campo, as crianças órfãs ou abandonadas eram criadas pelos fazendeiros. No caso da zona urbana, bebês desamparados pelas mães eram acolhidos nas rodas de expostos (ou roda dos enjeitados, consistindo num mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos que ficavam ao cuidado da instituição de caridade), existentes em algumas cidades a partir do início do século XIX. O nome “roda de exposto” origina-se do dispositivo onde se colocaram os bebês abandonados e era formado por uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e fixado na janela da instituição ou das casas de misericórdia. Dessa forma, a criança era colocada no tabuleiro pela mãe ou qualquer outra pessoa; essa, ao girar a roda, puxava uma corda para avisar que um bebê estava sendo abandonado, saindo do local e mantendo sua identidade em sigilo. Com o período da abolição da escravatura no Brasil, essa situação começou a modificasse. Dentro dessa perspectiva, fica evidenciado nas palavras de Oliveira que:

(...) as ideias de abandono, pobreza, culpa e caridade impregnam assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e vão permear determinadas concepções a cerca do que é uma instituição que cuida da Educação Infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família (OLIVEIRA, 2005, p.59).

No período anterior à proclamação da República, foram criadas entidades de amparo, como combate à mortalidade infantil. Porém, com a abolição da escravatura no Brasil surgem alguns problemas, como qual seria o destino dos filhos dos escravos, pois não iriam viver nas situações de seus pais. De outro lado, influenciou para o aumento do abandono de crianças e para a procura de resolver o problema da infância. Simbolizando apenas uma procura “imaginária”, como diz Oliveira (2011, p. 92) “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”. Neste sentido, criavam asilos e internatos enxergados na época como estabelecimentos para cuidar das crianças pobres, porém na prática era apenas um espaço para depósito de crianças. Ressaltamos que, nesse período não era esclarecido conceitos sobre as particularidades da criança, a mesma era “(...) concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” Rizzo, 2003, p. 37.

No desenrolar do tempo é que foram sendo criados espaços direcionados para as crianças pequenas.

Creches e pré-escolas tiveram origens completamente diferentes. Enquanto as pré-escolas já nasceram no bojo da educação, a partir das ideias de Froebel, na Alemanha, em 1860, as creches nasceram da iniciativa privada, tanto na Europa como no Brasil. Da iniciativa de mães trabalhadoras, igrejas, senhoras da alta sociedade, sindicatos, sem apoio governamental, como forma de atender aos mais pobres. Seu caráter era absolutamente assistencialista e filantrópico e o objetivo explícito era a guarda da criança. As creches surgiram como uma demanda do próprio capitalismo, como forma de preservar a criança filha de famílias trabalhadoras, com necessidade de organização social frente à expansão dos centros urbanos e a necessidade da mãe trabalhadora (ORTIZ, 2012, p. 19).

Diante desse exposto, daremos continuidade ao debate explicitando os estudos sobre os jardins de infância, as pré-escolas e as creches, para entendermos o processo que a Educação Infantil passou até chegar aos dias de hoje.

Os estudos que atribuem os jardins de infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o jardim de infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternas (KUHLMANN, 2001, p. 26).

O jardim de infância foi implantado no Brasil, trazido por influências americanas e europeias. Com a instauração de jardins de infância, surgiram grandes polêmicas, pois muitos criticavam que eram lugares de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público. Os primeiros jardins de infância foram criados no Rio de Janeiro em 1875 e São Paulo em 1877, sob o controle

de entidades privadas. Só depois de alguns anos foram sendo criados os públicos, e mesmo assim eram designados a crianças de classe alta. Em alguns debates acontecidos na época, abordava os jardins de infância como um dano para o meio familiar, pois, as crianças eram tiradas desde cedo de casa. Sobre os jardins de infância, Barbosa (2006, p. 80) destaca, “uma das grandes influências na criação dos jardins-de-infância americanos foi a de Frederic Froebel (...). além de Froebel, teve grande repercussão o trabalho educativo realizado por Robert Owen, em New Harmonie, em 1925”.

Nesse período iniciou a interesse com os menores das camadas sociais mais pobres. Aparecendo algumas práticas históricas em face da educação infantil que até hoje acontece como: o assistencialismo e uma educação compensatória as crianças pobres.

Com a proclamação da República no país, em 1889 abriu-se espaço para o surgimento de renovação ideológica trazendo mudanças que prosseguiram a ser tratadas conforme a camada social da população atendida, sendo assim continuou a ser o centro das atenções e dos investimentos as famílias ricas enquanto as pobres eram abandonadas e desvalorizadas.

Em 1899 foi criado o Instituto de Proteção e Assistência a Infância. Em 1908, instituiu-se a primeira escola pública infantil de Belo Horizonte. Em 1909, o primeiro jardim de infância público do Rio de Janeiro. Em 1919 foi criado o Departamento da Criança. No século XX, surgiram atividades industriais que proporcionou grandes mudanças na estrutura familiar, uma vez que a mão de obra masculina trabalhava na lavoura, as fábricas empregaram um grande número de mulheres. Surgindo um problema na família destas mulheres da indústria visto que não tinham onde deixar seus filhos/as. Nesta situação as mães procuravam uma solução, deixando as crianças com as criadeiras (mulheres que cuidavam de crianças em troca de dinheiro), sendo ao longo dos anos chamadas de fazedores de anjos em decorrência da alta mortalidade das crianças por elas acompanhadas, demonstrada como resultado da precariedade de condições higiênicas e materiais. Conforme Rizzo:

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade. (RIZZO,2003, p.31)

A ajuda para cuidar dos filhos das operárias não era reconhecida como dever social, mesmo sabendo que toda a situação era culpa do sistema econômico. E assim, a atenção maior das famílias pobres era sobreviver.

Com a chegada de imigrantes europeus para trabalharem nas fábricas, abriu as portas para reivindicações nas indústrias visto que eram politizados pelo contato com movimentos que ocorriam na Europa e nos Estados Unidos. Lutaram por: melhoria dos salários, menor jornada de trabalho, ambiente adequado e que acabasse com a mão de obra infantil nas indústrias. Buscando também espaços para a guarda e atendimento das crianças durante o trabalho das mães. Porém, estas reivindicações eram suprimidas por associações patronais que queriam silenciar as lutas e nesta situação com o intuito de atrair e conservar a força de trabalho começou a construir vilas operárias, clubes esportivos, creches e escolas maternas. E isto, era vantajoso para os donos das fábricas, já que os filhos/as das mulheres empregadas na indústria passavam o tempo todo do horário de trabalho nas creches, portanto as mães ficavam tranquilas em saber que seus filhos/as teriam um lugar para ficar e assim gerava um aumento de produção nas fábricas.

Segundo Hadad (1991, p.108), a creche “é um dos únicos serviços públicos destinados à população de baixa renda que responde de uma forma diferenciada a vários itens das necessidades básicas das crianças (como cuidar, educar, alimentar), além de liberar a mulher para o trabalho e diminuir seus encargos no lar”.

Algumas conquistas ocorridas foram resultado de grandes conflitos. As lutas iniciadas nas fábricas foram aos poucos criando forças e alcançando o Estado, pressionando a criação de creches, escolas maternas e parques infantis. Resultado disto, em 1923 é instalado creches e salas de amamentação próximas ao ambiente de trabalho das mulheres.

No mesmo momento, alguns educadores procuravam proteger a área de intervenção de políticos e leigos e se preocupavam com a qualidade do trabalho pedagógico, defenderam o movimento de renovação pedagógica conhecida como *escolanovismo*. Foram grandes as discussões acerca das mudanças radicais das escolas no Brasil conduziam a questão educacional para o foco dos debates políticos educacionais. Em 1924, educadores encantados pelo Movimento das Escolas Novas constituíram a Associação Brasileira de Educação. E, 1929, Lourenço Filho publicou o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova*, manifestando as novas concepções entre os educadores brasileiros.

Em concordância com as ideias de Oliveira (2011, p. 99): “em 1923, foi iniciada a Fundação da Inspetoria de Higiene Infantil, que em 1934, foi modificado para Diretoria de Proteção a Maternidade e à Infância”. Porém, apenas na década de 40 que desenvolveram ações governamentais na área da saúde, previdência e assistência. A partir do início do século até a década de 50, as creches que eram fora das indústrias e pertenciam a entidades filantrópicas laicas e religiosas, possuindo um caráter assistencialista e de proteção. A maior responsabilidade era com a alimentação, higiene e segurança, sendo pouco considerado o trabalho educacional. Acerca de 1942, o Departamento Nacional da Criança junto com o Ministério da Educação e Saúde, fundou a “Casa da Criança”. O Plano de Assistência as Pré-Escolas, foi apresentado em 1967 pelo Departamento Nacional da Criança sob ação do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência, estes programas eram emergenciais com intuito assistencialista.

Em 1932, erguendo-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola pública e obrigatória. Em 1960 de acordo com Ortiz (2012, p. 21) “com a perspectiva da expansão econômica, as creches ganharam a dimensão preventiva de evitar ‘transtornos futuros’, acelerar o desenvolvimento infantil e compensar a privação cultural que essas crianças passavam por fazerem parte de famílias de baixa renda”.

Como não havia ainda um conhecimento específico orientado para a primeira infância, Ortiz expressa:

A ideia de “prontidão” para a alfabetização era tônica desses novos tempos, a Educação Infantil “importou” jeitos de fazer relacionados a outras áreas de conhecimento e experiências, como se todas as crianças das creches e pré-escolas tivessem deficiência ou carências a serem revertidas para que fossem preparadas para o nível de ensino seguinte. Surgem atividades e os trabalhinhos de coordenação motora. No entanto, pela primeira vez a criança é considerada em sua especificidade. Foram adotadas novas formas de organização do espaço e tempo e a brincadeira começa a aparecer na creche (ORTIZ, 2012, p. 21).

Podemos contatar que aos poucos foram sendo trabalhadas questões pedagógicas com as crianças pequenas, o que no início era apenas assistencialismo, com decorrer do tempo aparecem argumentos relacionados a brincar e educar as crianças pequenas, associadas ao cuidar. Só mesmo na década de 1970, é que ocorrem algumas mudanças referentes à creche:

A rede de creches sofreu uma expansão liderada pelo poder público que – pressionado por movimentos feministas reivindicatórios chamados de

‘movimento de luta por creches’ e pela atuação das camadas operárias – promoveu uma grande expansão da rede de atendimento de baixo custo, ficando as creches diretamente subordinados às Secretarias do Bem-Estar Social ou aos gabinetes dos prefeitos, ou ainda atreladas às atividades das primeiras damas (ORTIZ, 2012, p.22).

Em 1971, foi formulada uma nova legislação sobre o ensino, Lei Nº 5692/71, promove alterações na estrutura organizacional da educação nacional, determinando e ordenando em períodos, séries, faixas ou etapas a serem vencidas pelos alunos para completar os estudos, em todos os graus de ensino, trazendo novidades nesta área, fixando diretrizes e bases, ao decretar: “Os sistemas velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalente”.

Nem tudo era harmonioso nesse processo. Enquanto discursos compensatórios ou assistencialistas continuavam dominantes no trabalho nos parques que atendiam filhos de operários e nas creches que cuidavam das crianças de famílias de baixa renda, propostas de desenvolvimento afetivo e cognitivo para crianças eram adotadas pelos jardins de infância onde eram educadas as crianças de classe média (OLIVEIRA, 2011, p. 110).

Em consonância com as ideias de Oliveira (2011), podemos perceber a desigualdade relacionada à educação das crianças. Que eram tratadas de acordo com sua classe social, condição financeira, religião, entre outros. Com isto podemos analisar, até quando os discursos irão divergir da prática?

Ao longo da Ditadura Militar, observou-se um impacto entre programas federais de associação com estabelecimentos privados de finalidade assistencial, para suporte ao pré-escolar, e ao auxílio em grau municipal da creche e da pré-escola com função educativa. Foram sendo destacados neste período, discursões acerca das ferramentas de base para a escolarização obrigatória. Resultando em lutas por parte das famílias de baixa renda em busca de melhorias no trabalho realizado nos parques infantis. Culminado no cunho pedagógico pensado para atividades de maior sistematização.

Foi criado em 1974 pelo Ministério de Educação e Cultura, o Serviço de Educação Pré-Escolar e, em 1975, a Coordenadoria de Ensino Pré-Escolar. Já em 1977 foi fundado o Projeto Casulo, criado para autorizar a mãe para o trabalho, visando aumentar o faturamento familiar. Foi iniciado pelo regime militar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), para extinguir o analfabetismo, porém não obteve sucesso e foi abolido em 1985. Todavia, tal projeto sistematizou programas de

atividades para a formação de hábitos, habilidades e atitudes que resultaram na assistência de necessidades básicas e não motivar aprendizagens.

O quadro econômico e político das décadas de 70 e 80 expandiram movimentos operários e feministas que pressionavam o poder público com o intuito de democratização do país e da luta ao combate às desigualdades sociais. Juntamente, contratos trabalhistas acontecidos no período anterior à realização da Constituição de 1988, promoveram debates a respeito do atendimento aos filhos/as dos trabalhadores, surgindo grande número de creches sustentadas por empresas industriais e comerciais e por órgãos públicos para os/as filhos/as de seus empregados.

A partir da década de 1980, como decorrência à pressão popular e os movimentos organizados, ocorreu mudanças nas políticas destinadas à infância, resultando em grandes marcos legais. Dentre eles destacam-se a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), que legalizaram como dever do Estado o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade em instituições escolares. Além desses documentos, as crianças tiveram seus direitos reconhecidos também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

São documentos considerados como marcos legais porque buscam garantir o direito ao atendimento às crianças em creches e pré-escolas, assim como permitem vislumbrar, sem definir ainda, a ideia de atendimento com qualidade, modificando a concepção assistencialista e compensatória vigente até o momento. A expansão do atendimento às crianças em creches e pré-escolas nas décadas de 1970 e 1980 acabou gerando no país um modelo de atendimento pobre para a pobreza, uma educação de baixa qualidade, no sentido de nada oferecer para as crianças que de fato pudesse ser significativo para seu desenvolvimento e aprendizagem (ORTIZ, 2012, p. 23).

Apesar disso, era pequeno o percentual de crianças acolhidas nas creches, quadro que ocasionava uma maior pressão no poder público a promover outros empreendimentos de acolhimentos à criança pequena. Conforme Oliveira (2011, p. 113) descreve, foram criadas: “as mães crecheiras”, os “lares vicinais”, “creches domiciliares” ou “creches lares”. Eram programas auxiliares de baixo custo, organizado com a aplicação de recursos compartilhados pela comunidade. Estes modelos de atendimento eram improvisados pelas comunidades na sua maioria instalavam alternativas inadequadas, pois, ofereciam precariedade na sua efetivação. Nessa mesma época, expandiram-se as escolas municipais de educação infantil.

Acerca de 1985 e 1986, novas políticas para as creches foram inseridas no Plano Nacional de Desenvolvimento. Começava a ser defendida a ideia de que a

creche também era dever do Estado e das empresas. Assim, esta questão foi sendo legitimada nas campanhas eleitorais e no plano de governo de muitos eleitos.

O período ficou marcado também por uma indagação, feita pelos educadores, questionando o trabalho praticado nas creches e pré-escolas. Procurando romper com as perspectivas assistencialistas, sugerindo uma função pedagógica que destacasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças. Acontecendo uma grande conquista para o avanço das creches e pré-escolas.

Em resultado das lutas pela democratização da escola pública, das pressões de movimentos feministas, de movimentos sociais, de lutas por creches, conquistaram na Constituição de 1988 a legitimação da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. Em 1990 foi decretado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que efetivou as conquistas dos direitos das crianças expedidos pela Constituição de 1988. O ECA é mais do que uma simples ferramenta jurídica por que:

Inseriu-se as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (FERREIRA, 2000, p. 184).

Na década de 1990, a perspectiva modificou-se, ampliaram-se os estudos sobre a pré-escola e tiveram início as pesquisas sobre a creche. Foram publicados livros que tratam da história das crianças no Brasil, apresentadas teses sobre as instituições de atendimento às crianças pequenas e respectivas propostas educacionais e também outras publicações sobre forma de coletânea de artigos.

Foi necessário quase um século para que a criança tivesse assegurado seu direito à educação na legislação. De acordo com Bittar (2003, p.30), o esforço coletivo dos diversos segmentos visava assegurar na Constituição “(...) os princípios e as obrigações do Estado com as crianças”. Desta forma, as instituições de creches e pré-escolas, não apenas cuidavam das crianças, mas, agora deveriam desenvolver um trabalho educacional. A Constituição de 1988 significa uma importante contribuição na garantia de nossos direitos, pois é resultado de um enorme movimento de debates e participação da população civil e poder público. Em síntese, foi apenas com a Constituição que a criança de zero a seis anos foi idealizada como sujeito de direitos.

Entre 1994 a 1996, o Ministério da Educação instalou documentos como: Política Nacional de Educação Infantil. Documento de grande relevância para a expansão de vagas e promover a melhoria na qualidade do ensino. E em 1998, foram publicados os documentos Subsídios para o Credenciamento e o Funcionamento das Instituições de Educação Infantil, contribuindo para a implantação de Diretrizes e Normas da Educação Infantil (DCNEI), e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Ainda nos anos 1988 e 1999, o Conselho Nacional de Educação, legalizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

É considerável o progresso em termos de legislação referentes a Educação Infantil, porém foram grandes os desafios encontrados em busca do adequado desenvolvimento de atendimento dos direitos a educação das crianças pequenas, foram grandes lutas em busca dos direitos da criança, direito ao acesso à escola infantil e a qualidade de atendimento e educação. Direitos, que até hoje, em alguns lugares, são negligenciados.

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados. (...) a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche, a separação entre funções de cuidar e educar a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (BARRETO, 1998, p. 25).

Analisando as pesquisas realizadas acerca dos avanços pressupostos na legislação. Observamos também, muitos regressos relacionados à trajetória histórica das instituições de atendimento as crianças pequenas, pois na prática em alguns destes espaços o trabalho efetuado era focado apenas aos cuidados físicos associados à higienização e à alimentação, pouco era trabalhado conhecimentos pedagógicos.

No que se refere aos dias atuais podemos observar que a Educação Infantil, não é mais considerada apenas como um lugar de cuidados básicos de higiene, mas de cuidar e educar de maneira entrelaçada, associados ao brincar, que é essencial na vida das crianças. A realidade de hoje ainda causa preocupações, pois em algumas instituições a educação das crianças ainda está sendo trabalhada de maneira distorcida, pulando etapas de aprendizagem. Além disso, a falta de investimento

público no setor ainda é muito marcante, bem como a desvalorização de seus profissionais.

A Educação infantil sofreu grandes transformações nos últimos tempos e essas mudanças originaram-se de novas exigências sociais e econômicas, esta passou a ser valorizada, portanto o seu atendimento teve que acompanhar os rumos da história, teve que seguir o ritmo de desenvolvimento da sociedade. Os avanços ocorreram, pois, a sociedade está mais consciente da importância da existência da primeira infância e da atenção que deve ser proporcionada às crianças. Diante dessas transformações e mudanças, a Educação Infantil na contemporaneidade passou a ser vista por um novo ângulo, valorizando-se a criança e sua cultura, considerando-a ativa e capaz de construir o seu próprio conhecimento, o educador passou a ser um mediador de conhecimentos, e a família tem o seu papel principal de agente participativo na evolução da educação da criança. Atualmente é compreendida como o atendimento institucional e educacional às crianças de zero a cinco anos em creches e pré-escolas, primeira etapa da educação básica e assegurada perante as leis brasileiras que regem a educação.

Hoje a criança é enxergada com sujeito de direitos, sendo fundamental ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais atendidas. Ela deve ter todas as dimensões valorizadas.

(..) a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (ZABALDA, 1998, p. 68).

Diante disso, o conceito de criança como um ser particular, com características bem diferentes das dos adultos, e atualmente como sujeito de direitos, vai gerar grandes transformações na Educação infantil, tornando o atendimento às crianças ainda mais específico, exigindo do professor uma postura consciente e atualizado de como deve ser desenvolvido o trabalho com as crianças pequenas, quais as suas necessidades enquanto cidadão de direitos.

É importante destacar que para a efetivação de uma educação de qualidade não depende apenas de um ou outro sujeito, mas de todos os inseridos no desenvolver do processo de formação das crianças e de vários fatores que bem estruturados e organizados propicia à criança, um melhor desempenho na escola.

Independentemente de todo o esforço centralizado que vêm fazendo o MEC, as Secretarias de Educação e os gestores da Educação Infantil, o caminho para que as instituições sejam espaços educativos, com profissionais formados e propostas pedagógicas próprias, ainda está sendo trilhado.

2.1.1 Enfoques Conceituais sobre criança e infância

Neste texto, sintetizamos algumas considerações sobre a criança e a infância voltadas para questões históricas e sociais. Analisando os conceitos sobre criança e infância e o quanto estes conceitos, vem sendo modificados até a modernidade. Observando também as transformações referentes à maneira de ensinar e educar as crianças. Para podermos abordar a história da infância, destaco primeiramente o conceito de criança e infância. As crianças existem desde sempre, porém, a infância foi sendo construída no decorrer do tempo, cada época designando conceitos e determinando ideias e regras. Segundo o Dicionário Online de Português, criança é: “Menino ou menina que está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade. Pessoa muito jovem; quem não atingiu a idade adulta. Infantil; pessoa sem experiência, quem é ingênuo, inocente”. Referente ao conceito de infância o Dicionário Online de Português aborda: “Período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos”. Estes conceitos são recentes, e estão expostos para iniciamos as discussões acerca de infância e criança e seus respectivos avanços na sociedade.

Sarmiento e Pinto (1997) destacam em seus estudos, a definição e a delimitação dos conceitos de criança e infância diferenciando essas duas categorias.

Com efeito, crianças existiram desde sempre, desde o primeiro ser humano e a infância como construção social - a proposito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturam dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria – existe desde os séculos XVII e XVIII (SARMENTO E PINTO, 1997, p. 13 e 14).

Para ressaltar os conceitos históricos e sociais iniciamos o debate, destacando que de certo modo, custou muito tempo para as Ciências Sociais e Humanas enfatizassem a criança e a infância como objetos de suas pesquisas. Antes a ideia de infância como período da vida humana, não aparecia exposto nos debates e relações sociais, não era ligado à condição humana. Essa concepção, esse olhar diferenciado

sobre a criança só teria iniciado com o fim da Idade Média. Antes disso, crianças eram reconhecidas como “adultos em miniaturas”, a espera de adquirir a estatura normal. As primeiras demonstrações são caracterizadas pela paparicação, ou seja, a criança era vista como um ser inocente e divertido, servindo como meio de entreter os adultos. É apenas no século XVII que as perspectivas e ações em relação à infância começam a surgir no campo moral e psicológico: é preciso conhecer e não paparicar. No período da Idade Média não havia clareza em relação ao período que caracteriza a infância, muitos se fundamentavam pela ideia que determinava a infância como o período que vai do nascimento dos dentes até sete anos de idade.

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de infant (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem tomar perfeitamente as palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes. (ARIES, 1978, p.6)

Podemos observar que os discursos eram voltados para a criança até sete anos de idade e que depois seria um adulto, e poderiam participar e conviver nos lugares designados para estes, eram colocados para trabalhar, participavam de festas. Em síntese, neste período a criança é vista como aquele que não fala, não podendo expressar seus sentimentos e assim, não consideravam suas especificidades e procuravam nela o “adulto em miniatura”, submetendo-a às necessidades de um adulto.

Outra questão de relevância se refere, devido às más situações sanitárias, que aumentou muito rápido a mortalidade infantil, nesta época, neste sentido a criança era um ser que não podia se apegar, pois a qualquer momento podia deixar de existir. Muitas crianças não alcançavam ultrapassar a primeira infância. E quando ultrapassam esta etapa da vida, acabavam por assumir funções de responsabilidade, pulando etapas do seu desenvolvimento. Até as roupas eram cópia fiel das adultas. Porém, essa situação começa a modificasse, indicando um importante marco na revelação do sentimento da infância.

No século XVII, as crianças da burguesia, deixaram de se vestir como “adultos em miniaturas” e começaram a ter roupas destinadas à sua idade, porém as crianças pobres ainda continuavam a utilizar as roupas de adultos. Foram grandes transformações acontecidas no século XVII, que favoreceram para o fortalecimento de um sentimento de infância. Surgiram reformas religiosas católicas e protestantes, que conduziram a um novo olhar sobre a criança e sua aprendizagem, em resultado

disso, começou a aparecer o aspecto de afetividade com as crianças em sua família. Com o sentimento de afetividade, surgiu a valorização da educação escolar, assim as crianças eram separadas dos adultos e mantidas em escolas até estarem disciplinadas para a vida em sociedade. Surgindo concepções sobre criança e como deveria ser educada.

(...) a infância constitui uma realidade que começa a ganhar contornos a partir dos séculos XVI e XVII. (...). As mudanças de sensibilidade que se começam a verificar a partir do Renascimento tendem a deferir a integração no mundo adulto cada vez mais tarde e, a marcar, com fronteiras bem definidas, o tempo da infância, progressivamente ligado ao conceito da aprendizagem e de escolarização. Importa, no entanto, sublinhar que se tratou de um movimento extremamente lento, inicialmente bastante circunscrito às classes mais abastadas (PINTO, 1997, p. 44).

Enquanto algumas crianças tinham sua infância determinada pelo ciclo escolar, outras ainda eram “adultos em miniaturas” e mal tinham condições físicas para isso (crianças de rua, crianças que trabalhavam nas indústrias entre outras). No século XVIII, começou a surgir questões relacionadas a higiene e proteção à saúde da criança, o que baixou o índice de mortalidade infantil. Porém, todos os cuidados relacionados à infância, eram direcionados para as crianças da burguesia, pois as crianças de classe baixa não tinham acesso aos benefícios que surgiram com a nova concepção de infância.

Nesta linha de pensamento, a imagem da infância modificou-se, despertando na sociedade preocupações relacionadas a métodos de educar e escolarizar. Com isso, surgiu espaços para o atendimento de crianças, fora do ambiente familiar, em instituições de natureza filantrópica.

Em meados do século XVIII e ao longo do século XIX, a criança começou a ser o foco de relevância educativa dos adultos. Conforme Oliveira (2005, p.62): “(...) A (criança) começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados situados em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola um instrumento fundamental”.

Antes do século XVI, a sociedade não reconhecia a existência da infância como uma categoria diferenciada do gênero humano. Quando as crianças deixavam de depender da ajuda de sua mãe, passavam a ser inseridos no mundo dos adultos. Os adultos e crianças frequentavam os mesmos lugares e compartilhavam as mesmas situações. Não existia o sentimento de infância, nem atividades divididas em função da faixa etária dos indivíduos.

Na Idade Moderna, surge a primeira concepção concreta de infância. Os adultos passaram a preocupar-se com as crianças enquanto seres frágeis e dependentes. Neste caso, esta etapa da vida ficou ligada a ideia de proteção. Só atravessava este período aquele que fosse independente, assim a infância passou a ser reconhecida como a primeira idade de vida e necessitaria de proteção e seria um ser irracional, incapaz de movimentar-se sozinho no mundo. Com isto, a primeira preocupação com a infância foi a de disciplinar. Desta forma, durante muito tempo o único caminho que existia foi uma rígida disciplina infantil. Para detalhar tal fato, citamos um provérbio da época, que expressa Levin (1997, p.230): “Quem não usa a vara, odeia seu filho. Com mais amor e temor castiga o pai ao filho mais querido. Assim como uma esposa aguçada faz o cavalo correr, também uma vara faz a criança aprender”. Diante dessa ideia, podemos observar o tratamento com as crianças pequenas, eram demonstradas através de disciplina e violência.

No entanto, com as ideias de Rosseau (1995), um dos primeiros pedagogos da História, a criança começou a ser enxergada de outra maneira, diferente da que existia na época. Propondo uma educação infantil sem juízes, sem prisões e sem exércitos. Foi a partir da Revolução Francesa, em 1789, que se transformou a função do Estado e, em resultado disso, modificou-se a responsabilidade com a criança e o cuidado com ela. Somente com a organização da escola é que o conceito de infância é aos poucos modificado, e assim abrir espaços para falar em uma construção social da infância.

A criança faz parte de um contexto social que sempre está em constante transformação.

A criança não é nem antiga nem moderna, não está antes nem depois, mas agora, atual, presente. Seu tempo não é linear sem evolutivo, nem genético, nem dialético, nem sequer narrativo. A criança é um presente inatural, intempestivo, uma figura do acontecimento (LARROSA, 2001, p. 284).

As crianças não estavam ausentes na Idade Média, mas a questão é que nunca apareciam como modelo de um retrato de uma criança real, tal como ela parecia naquele determinado tempo de sua vida. Sendo assim, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido nem ter lembrança.

Com o decorrer dos tempos começou a existir o sentimento de família e os pais começaram a atribuir mérito a essa fase tão preciosa que todo ser humano passa que é a infância e começaram então a se conscientizar do dever que a família tem em relação à educação das crianças.

A família e a escola retiraram juntas as crianças da sociedade dos adultos. Porém, a escola limitou então uma infância antes livre num regime disciplinar, que ficou cada vez mais severa, que nos séculos XVIII e XIX resultou em um fortalecimento do internato, usando o chicote e a prisão mais frequentes.

Conforme o RCNEI (1998), “A concepção de criança é uma noção historicamente construída que conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época”. (p.21) Neste sentido, podemos perceber que o conceito de criança depende da época, contexto histórico e até de quem está abordando esta concepção. Existem obras, que abordam a infância: não atribuindo importância nenhuma para essa fase da vida humana, em outras podemos observar um avanço significativo na elaboração de obras focadas na infância.

Podemos constatar que antes a infância não tinha significado nenhum na sociedade, visto que a criança era enxergada como um “adulto em miniatura” teria que se comportar igualmente. No decorrer do tempo, verificamos grandes acontecimentos, como por exemplo, no início dos tempos modernos a preocupação com a educação, outro avanço que merece destaque é que no passar dos anos a família e a escola retiraram juntas as crianças da sociedade dos adultos. A criança sai do anonimato e aos poucos ocupa um espaço de ênfase na sociedade. Esse processo, traz mudanças no que se refere a educação, uma vez que, está tendo que buscar atender as novas modificações que surgiram pela valorização da criança. Hoje, a criança é enxergada como sujeito de direitos, que deve ser valorizado e respeitado.

É importante ressaltar o desenvolvimento do ser humano que se dá por meio de processos de amadurecimento, dividindo-se em etapas, as quais, na Educação Infantil, referem-se os seguintes períodos: da vida intrauterina, ao nascimento, do recém-nascido aos três anos, contemplando a primeira infância; e dos três aos seis anos, fase está denominada de segunda infância. A primeira infância equivale ao crescimento físico, em que as habilidades motoras estão fortemente marcadas, além da aquisição da linguagem. Já a segunda infância se caracteriza pela aprendizagem dos cuidados próprios, da conquista de autonomia, com intensa criatividade e imaginação. Nessa fase há um aumento de força muscular e cresce as habilidades motoras tanto simples, como complexas. É fase pré-escolar. As crianças possuem uma natureza singular, que as determinam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio.

A concepção de infância está em constante estruturação. A concepção que seus pais tinham de vocês quando crianças é muito divergente da concepção que vocês possam possuir hoje de seus filhos.

Esta discussão é de grande relevância, pois, ajuda no entendimento dos conceitos diferentes sobre criança e infância, para podemos perceber que estes não são fixados ou prontos, mas, que depende de cada época e situação, serve também para observamos os avanços no processo de desenvolvimento da humanidade e seus respectivos pensamentos, acerca das crianças. Podemos constatar que grandes foram os avanços em termos de exploração do campo da Educação Infantil e que muito ainda tem de ser estudado.

2.1.2 Políticas Públicas para a Educação Infantil

Neste item destacamos as Políticas Públicas para a Educação Infantil, abordando os avanços na legislação brasileira, abrindo discussões e análises acerca das novas definições legais sobre a Educação Infantil. Destacando os seguintes documentos e leis: Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A seguir será abordado um pouco de cada um desses documentos e sua importância para o desenvolvimento da Educação Infantil.

Pesquisando e analisando estes documentos de referência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), podemos observar uma teoria da Educação Infantil pensada para uma imagem de criança como ser ativo, produzindo conhecimento sobre o mundo e sobre si mesmo. Assim, a concepção de criança e a forma de atendimento a ela negado vêm atualmente sofrendo diversas mudanças significativas, as propostas, os documentos vêm de acordo com essa nova visão.

As duas últimas décadas significaram um tempo de conquistas sobre os direitos da criança brasileira. Foram necessárias muitas lutas para efetivação de políticas educacionais. Como foi exposto no primeiro capítulo deste artigo, foram longos os anos em que a legislação não existia, no que se refere a educação de crianças pequenas. Porém, foram grandes os avanços, podemos verificar isso, nos documentos a seguir.

A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, definiu um novo princípio em relação à criança que é o princípio da criança como sujeito de direitos. Tornando agora dever dos pais, da sociedade e do poder público garantir e respeitar seus direitos como cidadãos em desenvolvimento. Foi com a Constituição que as crianças de zero a seis anos, passaram a ter direito de cidadão, sendo resultado dos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. É uma valiosa contribuição na garantia dos direitos dos cidadãos em geral.

No capítulo VII, Da família, da criança, do Adolescente, do Jovem, e do Idoso, no Art. 227 da Constituição, apresenta:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à

alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (EC nº65/2010)

A implantação da Constituição de 1988, foi um marco importantíssimo para o Brasil, através dela surgiram diversos meios de efetivação dos direitos dos cidadãos, que mudaram e ampliaram vários setores da sociedade. Concretizou a superação do povo brasileiro ao regime da ditadura militar, quando no país acontecia uma experiência autoritária que cancelava a liberdade de expressão.

A LDB é uma lei federal, foi votada no Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado Federal), sendo válida por todo o Brasil. Assim como outras leis atuais referentes à infância, são resultados da Constituição Federal de 1988. Determina a Educação Infantil, designada como:

Primeira etapa da educação-básica (art.21/I) e que, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Lei 9394/96, art.29)

Colocando as creches e pré-escolas como complementar a educação realizada em casa, não de substituição da família. Tendo como objetivo efetuar duas funções, educar e cuidar vencendo o caráter assistencialista. Prescreve ainda que cada instituição do sistema escolar, incluindo a Educação Infantil, terá que possuir um plano pedagógico elaborado pela própria instituição com a participação dos educadores.

Referindo-se ao ECA, Lei Federal 8.069/1990, aborda detalhadamente cada um dos direitos da criança e do adolescente tal como, os princípios que devem conduzir as políticas de atendimento. Determinando a formação dos Conselhos Tutelares (Devem cuidar do respeito aos direitos das crianças e adolescentes), Conselhos da Criança e Adolescentes (Devem pautar as diretrizes políticas).

O exemplo disto é o ECA (2010), no seu Capítulo II, dos Direitos Sociais, Art. 6º destaca: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados.

Ressaltando a DCNEI, um de seus objetivos é direcionar de modo obrigatório, os encaminhamentos de ordem pedagógica para esse nível de ensino aos sistemas municipais e estaduais de educação. Uma das definições expressa pela DCNEI (2010, p. 12) é “dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”. Entendendo que a criança é um sujeito histórico

e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivênciam, constroem sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Norteada por princípios éticos, políticos e estéticos. A proposta pedagógica da DCNEI deve garantir que as Instituições de Educação Infantil, cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica; oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Podemos constatar que amplas são as propostas pedagógicas da DCNEI, precisando ser seguida, por todas as Instituições de Educação Infantil garantindo assim, a criança, acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim, como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

A DCNEI aborda em suas propostas pedagógicas para a diversidade: crianças indígenas e do campo. Definindo o direito a Educação Infantil como um direito social, que deve ser oferecido para todas as crianças.

Ressaltando o RCNEI, elaborado e difundido pelo MEC, em 1988 em consonância com a LDB, tem como objetivo de contribuir para a implantação de práticas educativas de qualidade nas creches e pré-escolas. Servindo como guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que exercem na Educação Infantil. Recomenda que as atividades devam ser ofertadas para as crianças pequenas não só por meio das brincadeiras, mas aquelas originadas de situações pedagógicas direcionadas. Nesta linha de pensamento destaca que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1988, p. 23)

Esse documento foi resultado de um extenso debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com crianças, auxiliando com conhecimentos diversos. Representa um avanço na Educação Infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado da tradição assistencialistas das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. O RCNEI foi organizado em três volumes: um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil; um volume relativo ao âmbito de experiência Formação pessoal e social; um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo. Esses volumes visam contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país.

Com relação a BNCC, é um documento resultado de um extenso debate e negociação com diversos atores da área educacional e com a sociedade em geral, expõe os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, que precisam nortear a elaboração de currículos para as diferentes etapas de escolarização, houve um grande avanço desta versão em relação a primeira versão. É um requisito posto para o sistema educacional brasileiro pela LDB e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica e pelo Plano Nacional de Educação, e buscar constituir um avanço na construção da qualidade da educação, tem por finalidade:

Orientar sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, tem como fundamento o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE) (BNCC, 2016, p. 24).

A BNCC é um documento, que é a base para a educação servindo como guia para as instituições de ensino orientar-se para o desenvolvimento das práticas educativas e elaboração de seus currículos. Para sua efetivação precisa ser articulada a um conjunto de outras políticas e ações em âmbito federal, estadual e municipal, as quatro políticas que decorrem da BNCC são: Política Nacional de Formação de professores, Política Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Políticas de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar, essas políticas se organizam para assegurar as condições que geram a qualidade na Educação Básica.

Os movimentos sociais tiveram grande importância na definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento que fundamentam a elaboração da BNCC, referente

ao respeito e a consideração às diferenças entre sujeitos que fazem parte da sociedade possibilitando lugar à sua expressão, sendo de grande relevância esta participação, visto que estamos numa sociedade regada por preconceitos e discriminação, e um debate e abertura de um lugar para expressão dos sujeitos sociais é de extrema valia.

A BNCC deixa claros os conhecimentos fundamentais, a que todos os estudantes brasileiros têm o direito de acesso e de apropriação durante sua trajetória na Educação Básica, desde o ingresso na creche até o final do Ensino Médio, constitui-se parte relevante do Sistema Nacional de Educação. Acerca disto, abordamos os princípios da Base Nacional Comum Curricular.

Aprendizagens e desenvolvimento são processos contínuos que se referem a mudanças que se dão ao longo da vida, integrando aspectos físicos, emocionais, afetivos, sociais e cognitivos. Ao tratar do direito de aprender e de se desenvolver, busca-se colocar em perspectiva as oportunidades de desenvolvimento do/a estudante e os meios para garantir-lhe a formação comum, imprescindível ao exercício da cidadania (BNCC, 2016, p. 33).

Garantir os direitos de aprendizagens e desenvolvimentos dos estudantes é oferecer subsídios suficientes para a sua efetivação, buscar ferramentas e metodologias em que possam orienta-los neste sentido de desenvolvimento contínuo, e a busca por uma educação de qualidade, em que todos os inseridos neste processo sintam-se sujeitos ativos na sociedade. Assim o documento abrange nas diferentes áreas de conhecimentos, temáticas relacionadas à interculturalidade, à sustentabilidade socioambiental, assim como às causas históricas, políticas, econômicas e sociais das diferentes formas de discriminação e exclusão, auxiliando para a identidade e a superação das desigualdades socialmente construídas.

A organização das etapas de escolarização na BNCC no caso da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagens e desenvolvimento são apresentados em relação a três faixas etárias: bebês (0 a 18 meses), crianças bem pequenas (19 meses a 3 anos e 11 meses), crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Na BNCC a Educação Infantil, expressa Direitos de Aprendizagens e Desenvolvimento para cada etapa, expostos às cinco principais ações que orientam os processos de aprendizagem e desenvolvimentos dos bebês e crianças e as orientações das DCNEI: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.

Com base nesses direitos são definidos os eixos dos currículos para a Educação Infantil, os cinco campos de experiências:

- O eu, o outro e o nós;

- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e imagens;
- Escuta, fala, linguagem e pensamento;
- Espaços, tempo, quantidades, relações e transformações (BNCC, 2016, p.45).

Essas áreas de experiências servem para organizar as etapas posteriores de escolarização, respeitando cada fase da criança e originando objetivos a serem desenvolvidos em cada etapa. Estabelecendo o currículo a ser trabalhado na Educação Infantil em consonância com o DCNEI, definindo as brincadeiras e as interações como eixos que direcionam as práticas pedagógicas. De acordo com a BNCC (2016, p.59), “o currículo pode ser organizado a partir dos conteúdos da experiência da criança e continuar em direção ao conteúdo dos programas definidos pela escola, ou seja, ambos pertencem ao mesmo processo de formação humana”.

Destacar um currículo, traçado na experiência da criança é muito importante, pois trata-se de envolver a realidade da criança, o que se torna mais prazeroso para ela. Porém, não é deixado de trabalhar os conteúdos estabelecidos pela escola em conjunto com a realidade das crianças.

Para a Educação Infantil, a elaboração da BNCC, representa relações de continuidade entre as etapas da educação e fazer efetiva agregação ao Sistema Nacional de Educação. Sendo uma relevante oportunidade para o fortalecimento das concepções curriculares que vêm sendo construídas ao longo da história da etapa. Garantindo, os direitos de aprendizagem aos meninos e às meninas, alicerçados na concepção das crianças como cidadãos de direitos, como sujeitos ativos, criativos, competentes e com saberes. Apresenta uma base comum para os currículos de Educação Infantil indicando os objetivos de aprendizagem reconhecidos como aqueles compromissos que as escolas e os professores devem responsabilizar-se com as crianças. A apresentação de um conjunto de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças da Educação Infantil é algo recente, uma vez que, nunca aconteceu no Brasil, uma base nacional para creche e pré-escolas. Organizando objetivos de aprendizagem, considerando-se três subgrupos etários: bebês (0-1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 6 anos e 2 meses).

Ao sistema educacional cabe garantir as condições necessárias ao trabalho pedagógico na Educação Infantil: a organização de espaços que ofereçam às crianças oportunidades de interação, exploração e descobertas, o acesso a materiais diversificados, geradores de enredos para as explorações, para as produções e para as brincadeiras infantis e a gestão do tempo (...) (BNCC, 2016, p.83).

Diante do exposto, a BNCC, é de grande importância, pois, é o eixo de construção do sistema de ensino e nos dá uma definição mais precisa do que nós queremos na formação dos professores, é um pilar na reestruturação da educação. Tendo como objetivo, assegurar que todo estudante brasileiro, em todas as regiões do país, tenha garantido o acesso à aprendizagem de conhecimentos fundamentais, promovendo equidade e maior coerência em todo o sistema educacional.

Outros documentos estão sendo publicados pelo MEC com o intuito de subsidiar as práticas presentes nas escolas de Educação Infantil. Entre tais documentos todos de acesso livre, via site do MEC (www.mec.gov.br) estão os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006), Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, entre outros.

Estes documentos são de suma importância para a efetivação da Educação Infantil de qualidade. Solicitando que às escolas e seus professores a função de desenvolver, complementando a ação da família, as potencialidades do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Cabe salientar que o dever de proteção não cabe só ao Estado, contudo também a família e a sociedade, atribuindo-lhes a responsabilidade de resguardar o direito à vida, à alimentação, à saúde, desta forma como outros direitos essenciais a uma vida digna para qualquer cidadão. É um dever de todos, cuidar e zelar pelos direitos das crianças.

2.2 O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os debates na área da Educação Infantil a respeito das concepções de crianças e infância contribuem para a transformação dos conceitos que descrevem e embasam a ação pedagógica. Ao realizar o levantamento das pesquisas e identificar os termos utilizados, percebeu-se que a ideia de 'adaptação' é amplamente utilizada para descrever o período inicial de entrada das crianças na creche. Segundo Balaban (1988, p. 24), "o início da vida escolar pode ser uma ocasião agradável. Junto com aqueles que realmente estão encantados por estarem iniciando sua vida escolar, existem frequentemente outras crianças chorando ou pais tensos e nervosos".

Para Novaes (1976, p.17), a adaptação tem relação com "modificação necessárias do indivíduo para responder às circunstâncias, sugerindo vinculação do indivíduo com o meio, como tal, implica processo dinâmico referente a tais condições". Assim, quando a criança inicia sua vida escolar, encontra um ambiente novo, cheio de influências, ideias, amizades e oportunidades com as quais nunca havia se deparado antes. Toda criança terá que enfrentar o primeiro dia de aula e está experiência provoca insegurança, tanto por parte dos familiares como também da criança. Sair do ambiente familiar para um desconhecido significa um grande pulo na vida das crianças. A adaptação é um processo que acontece tanto com a criança que vai adapta-se ao novo, quanto ao professor que deve estar preparado para recebê-la, quanto à escola que deve está preparada para acolher a criança e buscar maneiras em que ela possa inserir-se ao novo ambiente com melhor envolvimento.

Segundo Sartori (2016, p.11) "a entrada da criança na escola é um momento que traz dificuldades para todos os envolvidos no processo". Refere-se às crianças, seus pais e os profissionais da escola. Mas, que dificuldades são essas? A primeira resposta que nos vem à mente é a adaptação. Essa resposta, todavia, nos traz à tona outros questionamentos: o que é adaptação? Quem está em adaptação? Ao questionar o que é adaptação, podemos encontrar como modelo, nos dicionários, vários significados da palavra, como, por exemplo, o processo pelo qual um ser se ajusta a uma nova situação. Nesta linha de pensamento quem está em adaptação, são às crianças e os pais, também os professores.

Para entender este processo e suas necessidades é necessário o reconhecimento das funções dos pais, da escola e do professor.

A função da mãe é a de introduzir a criança na escola. A função da escola, aí representada pelo professor, é a de recebê-la. Isso compromete diretamente tanto uma quanto a outra e, como uma primeira consequência desloca da criança a responsabilidade de uma escolha que verdadeiramente não está em jogo dado que quem decide pela criança é a mãe (SARTORI, 2016, p. 12).

Diante disso, se a escola apenas esperar a criança se adaptar e os pais esperaram a criança optar por sua entrada sozinha, todo o desenvolver desse processo fica dirigido na criança e, como resultado, caracteriza-se pela falta das outras partes inseridas. Seguindo esse raciocínio, é importante a definição das funções que cabem aos pais e a escola. É de grande relevância destacar, que a mãe insere o filho na escola, e neste momento surge o tempo de separação, rodeados de insegurança e medo. É um momento difícil para ambas as partes, pois, trata-se de momento que deve ser respeitado suas fases, e deve ser observado pelos professores para um desenvolvimento tranquilo deste processo.

A escola, aqui representada pelo professor, compete receber a criança. Criando condições para que o ambiente escolar seja reconhecido pela criança. Para o professor, em consonância com Sartori (2016, p.14): “é um momento de ação voltada para o aluno com a intenção de conhecê-lo e permitir que ele o conheça, ou seja, que entre ambos se estabeleça um laço, uma relação de confiança”. Existem várias estratégias que podem ser observadas no desenvolvimento da adaptação das crianças.

Há escolas que permitem a entrada das mães, mas se veem perdidas para controlar a atividade destas no seu interior, uma vez que se trata de uma presença que traz um certo mal-estar. Há outras escolas que impedem a entrada materna, evitando o mal-estar dessa presença, e enfocam o fato de que o espaço escolar diz respeito à criança. As duas estratégias, entretanto, falham, justamente, no que concerne à tentativa de eliminação do mal-estar, que é evidenciado pelo choro da criança, da angústia da mãe e do não saber do professor em relação ao que fazer para lidar com essas dificuldades (SARTORI, 2016, p. 15).

Diante do exposto de Sartori, podemos observar que a entrada da criança no espaço escolar é um processo que requer atenção e cuidado. Que requer dos pais e professores um trabalho dinâmico e consciente em que ambos se ajudem no desenrolar desse processo. Pois, o período de adaptação é uma passagem do familiar ao estranho, ao qual a criança começa a vivenciar outros espaços, novas amizades, novas regras. Para que este momento aconteça de forma tranquila à escola deve saber.

Há, por parte da escola, a necessidade de um saber em relação ao modo de agir durante o momento de entrada da criança pré-escolar, saber este que deve levar em conta que a realidade que se atualiza naquele momento não foi gerada pela escola, mas manifesta-se em seu interior. Tal ponto é capital para que a escola, através da direção e professores, possa acolher essas manifestações, junto às crianças e seus pais (SARTORI, 2016, p. 29).

É importante destacar que à entrada da criança na escola, trata-se de um momento que pode ser traduzido como um momento de conflito, de tensão, uma vez acontece neste momento, a separação entre mãe e criança se colocando como fundamental. Pois, a mãe cria um vínculo de proteção com o filho/a, na maioria das vezes de superproteção o que ocasiona sérios danos na hora de deixar o filho pela primeira vez na escola, os primeiros contatos com o ambiente novo são demonstrados de maneira tímida e na maioria das vezes a criança ou até mesmo os pais demonstram-se inseguros com a escola. Por isso, o ato de procurar uma escola, é de grande relevância acerca dessa dimensão simbólica do processo. A escola deve trazer para a criança e sua família, elementos novos, e se colocar de modo efetivo diante das diferentes demandas familiares.

Habitualmente, a criança convive com poucas pessoas em casa, com que já estabeleceu um forte vínculo afetivo. Lá ela pode explorar os cômodos e objetos da casa, observando e participando das atividades dos familiares. Já na creche ou pré-escola, a criança, passa a conviver com um grande número de adultos e crianças, em um ambiente novo, que geralmente lhe é estranho. Tudo é novo. Mudam as pessoas, o espaço, os objetos, a rotina (ROSSETI-FERREIRA, 2017, p. 47).

Essas mudanças podem até chamar a atenção das crianças, quando são enfrentadas e acompanhadas de um familiar. Porém, quando separadas deles, a criança pode sentir-se sozinha, e as mudanças no ambiente novo podem causar ansiedade e medo.

O período de adaptação é um tempo de socialização das relações entre os sujeitos envolvidos no processo. Segundo Borges e Souza (2002, p. 32), “imaginar que o sucesso de um processo de adaptação se resume a ter ausência de choro é banalizar uma situação que não termina em si mesma”. Assim, é desvalorizar as fases particulares deste processo, que apresenta vários aspectos imprescindíveis.

Inserção, ingresso, acolhida, não é uma questão de adaptação no sentido de modulação, que considera a criança como um sujeito passivo que se submete, se acomoda se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar (STRENZEL, 2000, p. 3).

As ideias de Strenzel são de grande relevância, pois, é necessário entender o sentido e os significados desse processo. A função da instituição de educação infantil e também dos professores é de acolher a criança, apresentar-se como um ambiente estimulante, dinâmico e seguro. O professor precisa ganhar a confiança das crianças e dos pais. Pois, a adaptação é um processo contínuo de mudança, crescimento, desenvolvimento e amadurecimento para todos os inseridos.

E não são só a criança e a família que enfrentam mudanças. O educador também precisará se adaptar, descobrindo pouco a pouco, nesta criança e nesta família, seus novos parceiros do dia-a-dia. A creche também muda ao oferecer mais do que novas pessoas. Recebe a cultura, o hábito, a história delas. Todos acabam mudando. Esse complicado processo de mudanças tem suas vantagens e desvantagens (ROSSETI-FERREIRA, 2007, p. 48).

Para que aconteça uma adaptação significativa para as crianças é essencial que a escola procure fundamentar-se teoricamente sobre essa temática e organize-se para atender as novas crianças, tendo em vista que junto a elas receberá também seus pais ou responsáveis. Criar um ambiente oportuno para a aproximação não é tão simples. É necessário um olhar cuidadoso e atento para perceber o que aproxima as crianças.

Em consonância com o que está sendo discutido o documento do RCNEI (BRASIL, 1998) aborda a inserção das crianças em um tópico específico sobre o assunto, chamado: “Acolhimento das famílias e das crianças na instituição”. O documento chama a atenção para as reações que as crianças podem apresentar durante esse período, como choro excessivo, alterações de apetite, isolamento e até mesmo adoecimento. Levando essas questões em conta o RCNEI orienta que as instituições tenham “flexibilidade diante dessas singularidades ajudando os pais e as crianças nestes momentos”. (BRASIL, 1998, p.80). Destaca ainda que no caso do choro das crianças durante o processo de adaptação aparece como inevitável, e aos educadores cabe dar atenção especial, “(...) pegando no colo ou sugerindo-lhe atividades interessantes”. (BRASIL, 1998, p.82).

Um elemento destacado pelo RCNEI e pareceres usados para caracterizar o período de ingresso das crianças na creche é a relação com as famílias. No RCNEI são apresentadas orientações que visam auxiliar o estabelecimento nas primeiras relações com as famílias e as crianças, dentre essas orientações, a sugestão de que seja feita com as famílias uma entrevista no momento da matrícula, destacando que “a entrevista (...) pode ser usada para apresentar informações sobre o atendimento oferecido, os objetivos do trabalho, a concepção de educação adotada. Esta é uma

boa oportunidade também para que conheça alguns hábitos das crianças (...). (BRASIL, 1998, p. 80). Este pode ser o primeiro contato com a família, sendo assim um ponto importante no processo de inserção da criança na creche. Pois, de acordo com o RCNEI “a maneira como a família vê a entrada da criança na instituição de educação infantil tem uma influência marcante nas reações e emoções da criança durante o processo inicial”. (BRASIL, 1998, p.80).

Ressaltando as formas de como o professor pode trabalhar neste período de adaptação o documento cita:

O professor pode planejar a melhor forma de organizar o ambiente nestes primeiros dias, levando em consideração os gostos e preferências das crianças, repensando a rotina em função de sua chegada e oferecendo-lhes atividades atrativas. Ambientes organizados com material de pintura, desenho e modelagem, brinquedo de casinha, baldes, pás, areia e água etc., são boas estratégias (BRASIL, 1998, p. 82).

Podemos perceber que o professor deve buscar dinamizar sua aula neste período, para atrair a atenção das crianças e para que elas possam sentir-se inseridas aos poucos ao ambiente, sentindo-se alegre e acolhida. Procurando promover interação de todas as crianças com atividades lúdicas e divertidas que possam atraí-las a buscar maneiras de aos poucos conseguir vivenciar cada momento. Mas, também podemos observar que cada sujeito inserido neste processo é uma peça fundamental para o desenvolvimento do processo de adaptação na Educação Infantil, e cada um é responsável por uma parte importante para a efetivação de qualidade deste processo. Sabemos que um dia todas as crianças irão passar por esse período, e devemos estar atentos e preparados para este.

É de grande relevância destacar que o período de adaptação escolar para as crianças, é fundamental a participação e apoio de todos os envolvidos no processo de forma ativa e dinâmica, para que possa no desenrolar do processo não aconteçam situações desagradáveis, para nenhuma parte. Sabemos que ser educador de crianças requer muito cuidado e atenção, especialmente durante o período de adaptação, pois as crianças terão o seu primeiro contato com a instituição neste momento, e devemos estar todos preparados para recebê-la.

2.2.1 As relações dos pais, crianças e professores no espaço educativo.

As relações dos pais, crianças e professores no espaço educativo, com ênfase na adaptação das crianças na Educação Infantil, são relações de extrema importância para o desenvolvimento do processo de ensino. Contribuindo com tal estudo, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) aponta a relação estabelecida com as famílias das crianças como um dos aspectos relevantes para a melhoria da qualidade na Educação Infantil.

O documento traz referências de qualidade para as unidades de educação infantil que têm como finalidade promover a igualdade de oportunidades educacionais levando em conta “as diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presente” (2006, p. 03). Neste documento, também é reconhecida e valorizada a importância da participação e diálogo com as famílias no planejamento das propostas pedagógicas, dando ênfase ao período de inserção, que neste documento é definido como adaptação, sendo complementado com a ideia de acolhimento:

Antes de a criança começar a frequentar a instituição de Educação Infantil são previstos espaços e tempos para que pais, crianças e professores iniciem um conhecimento mútuo.

O período de acolhimento inicial (“adaptação”) demanda das professoras, professores, gestoras e gestores uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis pelas crianças, possibilitando, até mesmo, a presença de um representante destas nas dependências da instituição.

Professoras, professores, gestoras e gestores são atenciosos com mães, pais e familiares ou responsáveis, estando disponíveis cotidianamente para ouvir solicitações, sugestões e reclamações. (BRASIL, 2006, p. 32).

Defende que para que haja um atendimento de qualidade é essencial a interação entre creche e famílias, dando ênfase ao período de inserção, momento em que não apenas os professores e demais profissionais que recebem e trabalham diretamente com as crianças, mas, também gestores da instituição devem dedicar atenção especial às famílias.

Se tratando da Educação Infantil, a importância da relação com as famílias se desperta, uma vez que, “... quando as crianças estão iniciando a vida escolar, é fundamental que os pais conheçam a nossa proposta e nos deixem conhecê-lo” (SANTOS, 2001, p.110). Os profissionais constituem um papel importante na relação entre instituição de Educação Infantil e famílias. De acordo com Perrenoud (2000, p.

112), “os professores parecem ser os primeiros artesãos, até mesmo os responsáveis pelo que a escola faz às famílias”.

É indispensável à participação dos familiares na vida escolar das crianças, pois crianças que percebem que seus pais ou responsáveis estão acompanhando de perto tudo o que está acontecendo, que estão verificando o rendimento escolar, perguntando como foram as aulas, questionando as tarefas entre outros, tendem a se sentir mais seguras e em consequência dessas atitudes por parte da família, apresentam melhor desempenho nas atividades escolares.

Sendo assim, é indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição, uma vez que a relação harmoniosa só pode enriquecer e facilitar o desempenho educacional das crianças. Entende-se que a família deve, portanto, se esforçar para estar mais presente em todos os momentos da vida de seus filhos, inclusive da vida escolar. No entanto, esta presença implica envolvimento, comprometimento e colaboração. O papel dos pais, então, é dar continuidade ao trabalho da escola, criando condições para que seus filhos tenham sucesso tanto na sala de aula como na vida.

A escola é para a sociedade uma extensão da família, porque é através dela que a sociedade consegue influência para desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes. Porém, encontrar formas de interagir com as famílias de modo a favorecer um trabalho de qualidade e apropriado a todos se constitui num grande desafio para a escola.

Conhecer as famílias e se deixar conhecer implicam numa atitude de abertura da instituição para as famílias, reconhecendo-as como importante e bem-vinda para o processo educativo da criança. Ter clareza dos papéis a serem desempenhados na relação com as famílias também se constitui num fator fundamental, tanto por parte dos profissionais que lidam diretamente com a criança, como dos gestores, tendo em vista a especificidade dos contextos – casa e instituição de Educação Infantil.

Quando falamos sobre adaptação escolar e pensando também sobre o vínculo mãe e criança, e seus efeitos para o desenvolvimento da criança. Neste sentido, Sartori expressa:

(...) a mãe desconhece que está envolta numa trama, na medida em que tudo isso se dá no inconsciente e, portanto, no transcorrer da experiência, a tendência será de se culpabilizar por estar querendo para além da presença de seu filho. Pode começar a “só encontrar defeitos” nas escolas que for conhecer, ou seja, angariar motivos para que não se sinta segura de deixar o filho ali (SARTORI, 2016, p. 50).

Neste sentido a mãe é um dos sujeitos de extrema importância para o desenvolvimento do processo de adaptação, nela está centrada grande responsabilidade. Junto com professor, a mãe deve reconhecer sua importância e buscar maneiras de ajudar positivamente neste momento da vida da criança, pois é uma peça fundamental no desenvolvimento desse processo, visto que é a pessoa em que na maioria das vezes a criança tem maior confiança.

No caso do professor, é necessário que ele possa observar e analisar a situação em sua particularidade, ou seja, caso a caso, pois uma preocupação exagerada por parte dos pais sempre vem conduzida de outros fundamentos que acabam se associando e executando um cenário difícil. É importante que a escola explique aos pais, informações do ambiente escolar, à maneira de enfrentar e os primeiros dias e semanas da criança, assim como fazer reuniões para apresentar o programa pedagógico que a escola oferece. Esses esclarecimentos só vão ter valor se, por meio deles os pais puderem ser envolvidos nos projetos da escola.

A entrada da criança na escola requer, portanto, uma reflexão por parte dos pais com o propósito de observarem mais detalhadamente o sentido que possui essa decisão. Estes devem estar cientes de que é um momento que trará mudanças significativas para a relação familiar. Conforme as ideias de Sartori (2016, p. 67): "(...) o período de adaptação, torna-se o momento em que surgem questões inesperadas e divergências, advindas do interior da família".

O professor é aquele que vai estar submetido à pressão a todos os lados; da reação das crianças, da pressão dos pais, das exigências da direção da escola. E está sujeito a ser cobrado por todas as partes, já que ele tem contato com todos os envolvidos no processo. Em harmonia com Sartori (2016, p.68): "é bastante frequente nesse período os professores viverem momentos de forte *stress*, chegando mesmo a produzirem sintomas físicos, caso não estejam bem-preparados para acompanhar e responder a essa condição de trabalho". A pressão em cima do professor vem de todos os lados, e o mesmo pode ficar sobrecarregado e não aguentar a situação, pois está lhe dando com várias crianças em fase de adaptação com algo novo, com pais inseguros do seu trabalho como docente, e da escola que quer ele como organizador da situação. Os professores inseridos no processo de adaptação estarão sujeitos a esse conflito, pois não há uma regra de como agir para cativar uma criança, nem dar segurança aos pais, mesmo porque, é preciso tempo para que aos poucos todos

estejam seguros e adaptados. É um momento delicado na vida da criança e dos pais, mas também na vida dos professores. Os professores vão estar se conduzindo nesse processo de acordo com um posicionamento que vem de uma orientação da escola, de sua direção e coordenação, na qual a adaptação passa a ser adicionada como parte do currículo da escola.

3. METODOLOGIA

Tipo de pesquisa

Em função do problema que pretendemos investigar e das questões e objetivos que orientarão a investigação, escolhemos a abordagem qualitativa por considerarmos ser a mais adequada, uma vez que é um tipo de pesquisa descritiva, que se centraliza especificamente num fenômeno, optando pela sua compreensão e pelo conhecimento do seu contexto, ao analisar de forma indutiva e significativa os seus dados (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Nestas circunstâncias Richardson (1999) salienta que:

Uma metodologia qualitativa pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (p.80).

Esta abordagem possibilita-nos repensar sobre algumas questões que nos inquietam, com convicção de que muitas das questões poderão vir a ser clarificadas a partir de respostas orais, vindas dos próprios sujeitos que, posteriormente, serão submetidas à análise. Estas respostas, provavelmente, irão conduzir a resultados que favorecerão a compreensão da problemática levantada.

Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou os produtos, sendo que a ênfase qualitativa no processo de pesquisa descritiva tem sido particularmente útil na investigação educacional.

Esse trabalho de investigação trata-se de um Estudo de Caso que segundo Yin (2001) é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Dessa forma, “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”” (p.23).

Área de Abrangência

O estudo foi realizado junto à gestão, professores e pais do Centro de Educação Infantil Noilde Ramalho na cidade de Passa e Fica/RN.

Técnicas de Pesquisa

A recolha de informação é um dos momentos chave no trabalho de investigação.

Iniciaremos nosso trabalho empírico focalizando os documentos oficiais, pois *“Nesses documentos os investigadores podem ter acesso à “perspectiva oficial”, bem como às várias maneiras como o pessoal da escola comunica”* (Bogdan e Biklen, 1994, p.180).

Realizaremos um estudo descritivo através de inquérito com perguntas abertas para recolha de dados, objetivando a obtenção de informação de elementos pessoais e de dados que caracterizem como ocorre o processo de adaptação. *“O recurso ao inquérito é necessário de cada vez que temos necessidade de informação sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, comportamentos cuja observação directa, mesmo que possível, levaria demasiado tempo...”* (GHIGLIONE e MATALON, 1997, p.13).

Consideramos que a comparação de informações e a discussão das dúvidas no contato direto com os educadores poderão fornecer-nos dados significativos, possibilitando inferências no conteúdo das expressões e falas, conforme prevê Bardin (1977).

Instrumento de coleta de dados

Foram utilizados, como meio de registrar e/ou descrever as situações, discursos e acontecimentos, diário de campo, questionário (com análise de conteúdo). Aplicado três tipos de questionários, sendo eles divididos em: um para a gestora (com sete questões), outro para as professoras (com dez questões) e o outro para as mães (com sete questões), conforme apêndice.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item, será apresentado um resumo das informações conduzidas na pesquisa realizada no Centro de Educação Infantil Noilde Ramalho, localizado na Rua Alto de Terra da Timbaúba, Bairro Caminho das Serras, zona urbana na cidade de Passa e Fica/RN. A escola recebeu este nome, em homenagem à educadora e diretora da Escola Doméstica de Natal, Noilde Pessoa Ramalho. CEI foi inaugurado em 13 de março de 2015, é recente a sua instituição, mas, de grande relevância para a educação das crianças de seis meses a cinco anos de idade. É conhecida como “creche modelo”, devido sua capacidade, é dotada de uma estrutura completa, constituída por oito salas de aula, uma sala de direção, uma de coordenação, uma de informática, seis banheiros, brinquedoteca, vasto pátio, parque de madeira, tanque de areia, espaço ao ar livre com gramado, refeitório.

O objetivo desta apresentação é discutir questões de relevância sobre a adaptação das crianças na Educação Infantil, com foco nos sujeitos inseridos neste processo de inserção das crianças na vida escolar. Foi apresentada a instituição, uma carta de apresentação e autorização da pesquisa. Participaram dos questionários a Gestora escolar, três professoras de pré-escola e três mães com crianças que frequentam a pré-escola.

A aplicação dos questionários (três tipos, sendo eles divididos em: um para a gestora (com sete questões), outro para as professoras (com dez questões) e o outro para as mães (com sete questões) teve como objetivo principal, observar a opinião dos sujeitos participantes, sobre assuntos: como acontece o processo de adaptação na instituição, como ocorre o acolhimento das crianças, o papel da escola e da família neste processo, as orientações da gestão escolar para os professores e pais neste período, e para aprofundamento da pesquisa foi perguntado ao gestor quais as funções da Educação Infantil.

O roteiro dos questionários aplicados com os sujeitos da pesquisa foi montado em torno de questões entendidas como fundamentais para a compreensão do problema que guia essa pesquisa, sendo este, o papel dos pais, professores e da escola no processo de adaptação das crianças na Educação Infantil.

Quadro: Perfil dos sujeitos					
Entrevistado	Faixa Etária	Formação Acadêmica	Vínculo	Experiência no Campo Educacional	Idade da Criança na Educação Infantil
Gestor	41 a 50 anos	História e Pedagogia, Especialista em Didática do Ensino/ Psicopedagogia.	Efetivo	16 anos	-
Professor I	41 a 50 anos	Pedagogia, cursando Especialização em Educação Infantil.	Efetivo	23 anos	-
Professor II	21 a 30 anos	Geografia, cursando Pedagogia.	Temporário	03 anos	-
Professor III	41 a 50 anos	Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestranda em Educação Teológica.	Efetivo	16 anos no Ensino Fundamental/ 03 na Educação Infantil.	-
Mãe I	21 a 30 anos	-	-	-	03 a 04 anos
Mãe II	41 a 50 anos	-	-	-	03 a 04 anos
Mãe III	31 a 40 anos	-	-	-	03 a 04 anos

Fonte: Elaboração da autora.

A seguir apresentaremos as análises dos questionários realizados durante a pesquisa. As informações serão destacadas de acordo com a seguinte sequência: primeiro a análise do questionário do Gestor, depois dos professores e para encerrar os questionários das mães. Como a primeira questão era igual em todos os questionários, sua análise será exposta em conjunto de todos os questionários.

1ª Questão: O que você entende por adaptação escolar?

Gestor aborda, que este processo é definido por duas palavras: “*confiança e segurança, para haver uma adaptação, a família tem que sentir confiança e segurança nos profissionais que compõem a escola*”.

Professor I expressa, que “*cada criança tem o seu tempo de se adaptar, quando não acontece este processo, algo está acontecendo com esta criança*”.

Professor II acredita, que “*a adaptação na Educação Infantil muitas vezes acaba sendo um dos maiores obstáculos, pois quando a criança inicia sua vida escolar, sempre haverá grande insegurança e medo. Desde então, terá muito choro, e o professor deverá passar segurança e procurar estratégias para tornar o dia dessa criança atrativo e importante, fazendo com que a escola seja prazerosa*”.

Professor III destaca, “*a adaptação na Educação Infantil é algo relacionado com perda e aceitação, ou ajuste da saída de sua rotina em casa com seus pais, familiares, babás, para viver outra realidade*”.

Diante dos expostos colocados pelos educadores podemos constatar que os educadores possuem uma visão sobre o que seja a fase de adaptação e que estão coerentes com as ideias de Ortiz (2012, p.46) “*adaptar-se significa somar-se a um novo contexto*”, e este contexto neste sentido é a escola, o novo ambiente.

Mãe I frisa que “*é quando o ambiente é preparado para receber o aluno e tornar o convívio mais fácil tanto na forma física quando afetiva. Fazendo com que aquele espaço seja agradável de estar e que a criança possa inserir-se na instituição sentindo-se bem*”.

Mãe II, “*é o período que envolve a adaptação da escola, do professor e do aluno*”.

Mãe III, “*é um processo que pode ter um tempo curto (primeiros dias) ou longo (mais demorado), onde a criança precisa além de conhecer o ambiente, deverá confiar principalmente no professor*”.

2ª Questão: Como acontece o processo de adaptação na instituição em que você trabalha?

Gestor, “*primeiramente ocorre um diálogo com os pais e no dia a dia uma boa acolhida às crianças, compreendendo-as e respeitando suas emoções*”. De acordo com Ortiz (2012), são muitas as estratégias que podem ser utilizadas no período de adaptação das crianças e podem ser aperfeiçoadas no desenvolvimento de cada

processo e na preparação de cada nova etapa. O autor cita algumas ideias de estratégias para este percurso:

- Atendimento individualizado aos pais para o conhecimento da criança e de sua história assim como esclarecimento de dúvidas e trocas de expectativas;
- Reuniões coletivas de pais com apresentação de fotos ou vídeos sobre a proposta educacional da creche;
- Distribuição de textos ou pequenos pôsteres que destacam aspectos fundamentais deste momento;
- Aumento gradativo no número de horas que o bebê fica na creche ao longo da primeira e segunda semanas;
- A cada dia da semana começar a adaptação de apenas uma ou duas crianças, evitando que todas cheguem no primeiro dia;
- Permitir a presença de um familiar durante a adaptação, no início na própria sala de espera da creche;
- Permitir que o familiar participe das primeiras refeições na creche;
- Manter o número reduzido de bebês e crianças pequenas para cada educadora;
- Evitar ao máximo a troca de educadoras, facilitando o estabelecimento de uma relação estável com o bebê;
- Oferecer oficinas e atividades que iniciem com a interação entre pais, bebês e educadores;
- Rodas de conversa com as famílias;
- Cantos com fotografias das famílias e objetos conhecidos das crianças, etc. (ORTIZ, 2012, p. 55 e 56).

3ª Questão: Qual o papel da escola no processo de adaptação?

Destaca que *“a creche deve ser um lugar que assegure tranquilidade, conforto, um ambiente físico e humano que cuide, brinque e eduque as crianças e também as famílias”*. É de relevância destacar que o espaço institucional, suas interações e sua dinâmica influenciam significativamente no desenvolvimento do processo de adaptação das crianças. Destacamos desta definição, as ideias de que:

O desenvolvimento é um processo que se dá do nascimento até a morte, dentro de ambientes culturalmente organizados e socialmente regulados, através de interações estabelecidas com parceiros, nas quais cada pessoa (adulto ou criança) desempenha papel ativo (OLIVEIRA e ROSSETI FERREIRA, 1993).

4ª Questão: Como os pais podem participar e ajudar no período de adaptação?

É apontado que *“a compreensão do diálogo entre pais e professores é de suma importância para ajudar na adaptação”*.

Oliveira (2001, p. 38) afirma que *“quem trabalha com crianças pequenas sabe o quanto elas mudam e progridem de mês a mês e como muitas vezes é difícil adaptar-se a essas mudanças tão rápidas e repentinas”*. Sendo assim é visível a importância

de também se dar atenção aos pais, que participam ativamente neste processo de adaptação. Algumas dicas são importantes para que estes pais não se sintam culpados. Em muitos casos, cabe à escola fazer esta intervenção, através de conversas e recados explicativos, pois as atitudes dos pais refletem e influenciam de forma negativa ou positiva no período de adaptação, dependendo da postura adotada por cada família.

5ª Questão: Qual a orientação da gestão escolar para os professores sobre este processo?

A orientação da gestão escolar para os professores sobre o processo de adaptação é aconselhar os educadores a mostrar confiabilidade e segurança às crianças e os pais, pois, a criança insegura demora na adaptação. Buscando dialogar com os professores explicitando a importância e como ocorre o processo de adaptação. Realizando reuniões, abrindo espaço para os educadores exporem suas vivências e partilharem seu conhecimento acerca desse processo.

6ª Questão: O PPP da escola apresenta alguma discussão sobre o processo de adaptação da criança? Em que sentido?

Gestor, a creche em destaque não possui PPP. Diante da ausência do PPP na instituição, destaca-se a importante que este é um documento primordial e que todas as escolas devem formular e atualizar, pois é um guia para a organização do trabalho pedagógico, preocupando-se em propor maneiras de oferecer caminhos necessários para a efetivação da educação de qualidade, de acordo com a realidade escolar. Nesta perspectiva:

(...) na sua essencialidade um projeto político-pedagógico opera com relações de conhecimento e de poder, são as discussões em torno de uma mudança paradigmática que centralizam as preocupações dos educadores no processo de reestruturação curricular demandado pela exigência do próprio projeto em construção e pelas atuais políticas educacionais (SANTIAGO, 2008, p. 142).

7ª Questão: Sob seu ponto de vista, quais são as funções da Educação Infantil?

Em resposta, a mesma relata que *“a Educação Infantil, ainda é vista por muitos, como assistencialismo uma das concepções das suas origens, mas, há uma nova visão que aponta um reconhecimento como primeira etapa da educação, e no meu*

ponto de vista entre tantas funções a construção da identidade e autonomia da criança respeitando a sua especificidade”.

A partir do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), as funções da Educação Infantil, é educar, cuidar e brincar. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Diante do que a gestora explicitou no decorrer do questionário, podemos observar que o processo de adaptação requer cuidado e atenção especial, envolve vários sentimentos como a confiança e a segurança, que tanto os pais como também as crianças expressam. Analisamos que a gestora busca conversar com os pais e professores sobre o processo, procurando esclarecer como ocorre o período de adaptação.

A seguir mostraremos as análises acerca dos questionários dos professores participantes da pesquisa.

2ª Questão: Como ocorreu esse processo em sua sala de aula?

Os educadores apresentaram que aconteceu de forma natural, a maioria demonstrou facilidade e aceitabilidade, outros demoraram um pouco mais de resistência. O **professor III** destacou que *“percebe que quando as crianças chegam à sala de aula acompanhadas por suas mães ou avós, apresentam mais resistência a adaptar-se. Isso acontece, pois, a ligação da mãe ou avó com a criança é diferente dos outros familiares, estas demonstram na maioria das vezes um cuidado e carinho maior, o que se torna uma proteção para as crianças”*. Para compreendermos esta questão ressaltamos o pensamento de Sartori:

A função da mãe é, através de seus cuidados e atenção, marcar esse sujeito por seu interesse particularizado. Ela investe desejantemente em seu filho. Por sua vez, a função do pai é a introdução de uma lei que normatiza, reorganiza as relações mãe-criança, fazendo barreira a essa situação originária, de fechamento, de se buscar uma unidade, uma complementação (SARTORI, 2016, p. 34).

3ª Questão: Como prepara o ambiente para o acolhimento das crianças durante o processo de adaptação?

O **Professor I** destaca, *“deve ser um ambiente colorido, com músicas, histórias, jogos educativos, todos seguidos de regras”*.

O **Professor II** expressa, “o ambiente deverá estar bem preparado tanto o espaço escolar quanto a sala. Esse espaço deverá passar tranquilidade e segurança através das decorações e painéis expostos”.

Já o **Professor III**, relata “o preparo do ambiente nesse período é extremamente importante, deve ser alegre, confortável e acolhedor, os pais precisam sentir-se seguros ao deixar seus tesouros, seu bem mais precioso na escola e as crianças devem sentir-se acolhidas em grande estilo, costumamos desenvolver projetos com temáticas voltadas para a alegria, cores, musicalidade”. A professora cita um projeto de volta a aula que trabalharam o tema circo, segundo ela foi um exemplo brilhante.

Diante do que foi citado pelos educadores, constatamos que o ambiente pode ter grande influência no desenvolvimento do processo de adaptação, quando a criança está em um ambiente organizado, confortável e apropriado, sentir-se acolhida. A maneira como se organiza os espaços e tempos, por meio da rotina, determina maior ou menor interação das dimensões do desenvolvimento humano e do cuidar e educar. Quando pensamos em decorar algum espaço, o fazemos na perspectiva de deixá-lo mais atraente e agradável e de colocar no ambiente tecidos, objetos e imagens que tem alguma associação conosco, com nossa história de vida. Porém, como ressalta Ortiz (2012, p. 69) “quando vamos decorar a sala onde as crianças ficam, precisamos aprender a olhar na perspectiva da criança, ou seja, do lúdico e do movimento, do ponto de vista de uma pessoa sensório-motora”. Por isso, é preciso ter cautela na hora de decorar a sala de aula, para não exagerar na decoração e acabar ocasionando dificuldade ou problemas no desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

4ª Questão: Qual o papel da família das crianças nos primeiros dias de aula?

Professor I expõe, “ter a responsabilidade de conversar com os filhos como foi à aula, o que aprendeu e se comportou”.

Professor II, “o papel dos pais é confiar no docente que estará com seu filho durante o período e sempre passar uma conversa positiva sobre a escola e o professor para a criança, procurar acompanhar o desenvolvimento dos filhos”.

Professor III, “a família tem um importante papel durante todo esse processo, ela tem que se sentir segura, mas deve confiar na equipe que vai cuidar, brincar e educar seu filho, no entanto, nos deparamos muitas vezes com crianças que já estão mais adaptadas que os próprios pais, portanto o professor deve fazer um trabalho de

dialogar, com esses pais mostrando pra ele o ambiente a rotina, refeitório, cardápio, no intuito de tranquilizá-lo". Isso se justifica de acordo com as ideias de Balaban:

O início da vida escolar pode ser uma ocasião excitante ou também uma ocasião agradável. Junto com aqueles que realmente estão encantados por estarem iniciando sua vida escolar, existem frequentemente outras crianças chorando ou pais tensos e nervosos (BALABAN, 1988, p. 24).

5ª Questão: Como lidar com esta fase de adaptação?

Professor I ressalta, *"está sempre com a criança, ter um olhar clínico em todos os aspectos"*. Diante disso podemos observar que o professor deve estar atento em todos os momentos, estando sempre ao lado das crianças, evitar ao máximo deixar as crianças sem sua supervisão.

Professor II, *"o docente deverá ser tranquilo, pois o momento dura cerca de um mês e depois tudo está resolvido, o profissional competente nunca deixará passar muito tempo, sempre procura estratégias através da música, brincadeira e conversa"*. Analisamos aqui um ponto importante, que é a busca por metodologias que ajudem no desenvolvimento do processo de adaptação escolar.

Professor III enxerga a fase, *"como uma possibilidade de mostrar que é possível a realização de um trabalho de qualidade e porque não dizer de excelência. Da mesma forma que a criança está em fase de adaptação, os pais também estão às vezes é mais difícil para os pais do que para as próprias crianças. Com um bom projeto, um excelente planejamento é possível ter sucesso"*. Destacamos nesta fala do professor a questão do planejamento, sabemos que quando algo é planejado as coisas saem da melhor maneira possível, por isso sempre é importante estar atento às situações e atualizar diariamente o plano, para que possam ser organizadas as atividades desenvolvidas em sala de aula com coerência, buscando conquistar as crianças para este novo momento que está acontecendo em sua vida. Destaco as sábias palavras de Ortiz (2012, p. 49): *"o bebê precisa conquistar seu espaço, mas antes precisa ser conquistado por essas novas pessoas e interessar-se pelas novas situações"*.

Strenzel traz uma contribuição nesse sentido;

Inserção, ingresso, acolhida não é uma questão de adaptação no sentido de modulação, que considera a criança como sujeito passivo que se submete, se acomoda, se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar. Mais do que isso, a situação de ingresso

das crianças na creche é uma capacidade de integrar um conjunto de significados (STRENZEL, 2001, p. 3).

Cada criança vivenciará o processo de adaptação de maneira única. Sendo assim é fundamental respeitar a individualidade de cada uma e ficar atenta aos sinais que a criança apresenta neste período para conseguir seguir desenvolvendo sua prática pedagógica incluindo as necessidades demonstradas por elas.

6ª Questão: Em sua opinião quanto tempo pai e mãe devem ficar na escola? Eles devem ou não acompanhar os filhos nos primeiros dias de aula?

Professor I disserta que *“os pais devem ficar até conhecerem a rotina, pois eles choram junto com os filhos”*.

Já para **Professor II**, *“os pais devem acompanhar os filhos, porém não deve ficar muito tempo na sala de aula, pois, atrapalha o desenvolvimento da criança durante a aula. As crianças acabam querendo ficar na sala de aula apenas quando os pais estão presentes, ocasionando uma situação complicada com ‘birras’”*.

Professor III expõe, *“acredito que o sentimento de aceitação de uma nova realidade perdura por um bom tempo, talvez não exista um tempo cronológico, igual para todas as pessoas; é interessante a presença da mãe, ela precisa conhecer o espaço que acolherá seu filho nos próximos anos, até porque com uma onda de evidências contra as crianças mostradas na mídia, deve haver por parte dos pais um cuidado quanto a isso, porém, acho desnecessária a presença dos pais por semanas e meses constantes, algumas horas dos primeiros dias (na primeira semana de aula) já o suficiente para a mãe entender a dinâmica e a rotina em sala de aula”*. Referente ao que foi destacado, salientamos as ideias de Goldschmied:

As práticas em hospitais, escolas, grupos de recreação e creches foram drasticamente alteradas. Deixamos que a criança se familiarize totalmente com seu novo ambiente e sua nova educadora antes de a mãe tentar qualquer tipo de separação. Feito isso, a mãe sai, primeiro por um período bastante breve, aumentando depois gradualmente o tempo em que fica fora, até que a criança seja capaz de tolerar um turno inteiro sem a mãe. Idealmente, deveríamos ser capazes de acompanhar o ritmo da criança, e assim a separação seria realizada sem ansiedade. No entanto, na realidade as coisas são bastante diferentes. Algumas mães podem ter uma necessidade premente de alívio do cuidado constante que a criança exige e achar impossível esperar pacientemente pelo momento em que ela irá separar-se dela sem reclamar. Outras mães podem ter pouca escolha, por terem empregos que perderão se não retornarem ao trabalho. As educadoras às vezes adotam uma atitude crítica em relação a pais que parecem ignorar o sofrimento de um filho, porém a mãe pode ter calculado com razão que, com a pouca oferta de empregos, a criança poderá sofrer mais, a longo prazo, se a mãe ficar desempregada, com a conseqüente queda na renda familiar.

Por essa razão, o estresse provindo de separações não pode ser evitado completamente (GOLDSCHMIED, 2006, p. 64).

Por isso é importante que no momento em que os pais deixam seus filhos na escola os educadores expliquem como isso deve ser organizado, e ofereça apoio e compreensão. Buscando a melhor maneira possível para as crianças e seus pais sintam-se seguros. E conversar com ambas as partes é muito importante.

7ª Questão: E sobre levar brinquedos e objetos pessoal da criança para a escola, o que pensa sobre essa atitude?

Professor I, *“é louvável, mas apenas num dia específico para o dia do brinquedo”*.

Professor II, *“os brinquedos sempre são os preferidos das crianças, mas este objeto em sala atrapalha a rotina escolar. No entanto, há na instituição um dia da semana específico como dia do brinquedo predileto”*.

Professor III, acha inviável a presença de brinquedos ou objetos todos os dias. *“A criança terá na sala de aula uma rotina de atividades dirigidas, e não terá tempo para brincar com tais objetos, portanto uma vez por semana é saudável para troca, empréstimo, socialização, confraternização entre colegas de sala”*. Destacando a questão sobre o brinquedo trazido de casa para a escola Ortiz expressa:

É comum vermos algumas crianças que já conseguiram deixar a mãe ir embora continuarem apegadas a objetos ou brinquedos que trouxeram de casa: aquele que fica agarrado a sua mochila onde estão seus pertences trazidos de casa; aquele que fica agarrado ao seu bicho de pelúcia, um brinquedo ou mesmo um pedaço de fralda, um objeto que pertence à mãe (ORTIZ, 2012, p. 50).

São estes objetos que lembram a mãe, representam a sua própria casa, que tem o cheiro da família e simbolizam o que já é conhecido. Estes podem ser largados quando outras coisas ou experiência puderem substituí-los.

8ª Questão: Quais as dicas você daria sobre os comportamentos que os pais costumam ter e que devem ser evitados para não atrapalhar a criança na fase de adaptação escolar?

Os educadores salientam que os pais devem buscar um maior contato com o professor, falar bem do professor na frente do filho, não demonstrar tristeza nem desânimo ao deixar o filho na escola, não chorar na frente do filho.

As famílias podem e devem conversar com os filhos sobre a nova escola, contando-lhes sobre a professora, as outras crianças e as propostas que acontecerão durante os primeiros dias. É importante ressaltar que as orientações não devem ser interrompidas após o começo do período escolar. Desta maneira, os pais devem abordar assuntos como os eventos vividos pela classe durante o dia, as histórias ouvidas, os nomes dos amigos etc.

9ª Questão: Você orienta a família sobre este processo? Como?

Professor I, expressa “*que quando acontece o choro, ele fala que pode deixar a criança na sala de aula e confiar que ele logo vai parar de chorar*”. Diante desse exposto, podemos ressaltar, que o choro não é o único meio da criança expressar seus sentimentos diante desse novo ambiente, e por isso os educadores devem estar atentos ao comportamento e desenvolvimento das crianças em sala de aula. Neste processo de adaptação de acordo com Goldschmied (2006, p. 64), “as crianças passam por uma série de fases distintas, começando com perplexidade, seguida de protestos violentos; mais tarde, o choro desconsolado alterna-se com período de apatia”.

Os **Professores II e III** abordam que orienta as famílias, pois, veem a necessidade de explicar o processo. Conversando, mostrando pra eles em reuniões, o que o filho consegue e sabe fazer na sala de aula.

10ª Questão: O PPP da escola apresenta alguma discussão sobre o processo de adaptação da criança? Em que sentido?

Todos os educadores abordaram que a instituição não tem PPP, e que o mesmo está em fase de construção. Mas, que nos cursos oferecidos pela secretária de educação do município, este tema é dialogado por profissionais da área é esclarecido.

Prosseguindo as análises, a seguir será retratado sobre os questionários das mães.

2ª Questão: Como aconteceu o processo de adaptação de seu filho (a) na Educação Infantil?

Mãe I, “*foi muito fácil, acredito que ela adaptou-se mais rápido do que como mãe*”.

Mãe II, *“muito marcante na minha vida, pois envolveu muitos sentimentos e expectativas”*.

No caso da **Mãe III**, *“considero o processo rápido, pois a professora a acolheu com muita dedicação, carinho e paciência, assim minha filha se sentiu segura”*.

Com essas ideias, podemos constatar que o processo de adaptação das crianças é distinto, cada criança e cada mãe reagem de maneiras diversas, por isso é importante levar em conta a subjetividade de cada criança. Relacionando com as ideias de Novaes (1975), a “adaptação está relacionada às modificações necessárias para responder às circunstâncias, sugerindo vinculação do indivíduo com o meio e, como tal, implica em processo dinâmico referente a tais condições”.

3ª Questão: Como preparou seu filho (a) para ingressar na escola?

A **Mãe I**, *“informando, falando sobre o ambiente, os coleguinhas, a “tia” (professora), as brincadeiras”*.

A **mãe II**, *“através de muitas conversas e incentivos”*.

A **mãe III**, *“através do diálogo, explicando como seria (que a mamãe deixaria ela lá, com a professora, os coleguinhas, que iam brincar, realizar diversas atividades e depois voltaria para casa)”*.

A presença e incentivo dos pais, inicialmente, são importantes, pois lhe transmite segurança e lhe dá apoio para explorar e conhecer o novo ambiente. Vários fatores influenciam esse processo. Os pais devem estar seguros da atitude de iniciar a vida escolar do seu filho, lhes passando a segurança necessária para seguirem adiante. É importante que os pais demonstrem interesse nessa nova experiência que seus filhos estão vivenciando. Que possam olhar seu filho da maneira que ele necessita, transmitindo-lhe confiança, encorajando-o, reforçando a autoestima, mostrando-lhe aspectos entusiasmantes da escola e tranquilizando-os quanto ao amor que sentem por eles, quanto a proximidade que manterão com a escola e com sua professora e quanto a estarem lá, para buscá-lo.

Devido a tudo isso, podemos observar que o ingresso na Educação Infantil não depende apenas em a criança adaptar-se ao novo ambiente, mas também depende da forma como está criança será acolhida. A qualidade do acolhimento oferecido à criança garante a qualidade da adaptação, favorece o estabelecimento de vínculos e também a relação entre criança, família e escola.

4ª Questão: Como se sentiu ao deixar seu filho na escola?

Mãe I, *“um pouco apreensiva não no sentido de não confiar, mais o cuidado de mãe de proteção que às vezes é excessiva”*.

Mãe II, *“de coração partido”*.

Mãe III, *“com um aperto, mas sabia que estava fazendo o certo e tinha que confiar”*. Aqui podemos evidenciar que a confiar por parte das mães são de grande relevância para uma adaptação significativa para as crianças. Quando a mãe passa para seu filho que a instituição em que ele está inserido é confiável e segura, sucessivamente ele sentirá que é verdade e também estará confiando no novo ambiente. Tanto para a criança, como para o adulto uma situação nova é uma posição incômoda, pois o indivíduo sai da sua zona de conforto. Enfrentar algo desconhecido é sempre uma condição estressante independentemente da idade. De acordo com Oliveira (2001, p. 25), *“Apesar de a Educação infantil ter um bom conceito atualmente em nossa sociedade, ainda há insegurança e relutância por parte das famílias em colocar seu filho na escola”*.

5ª Questão: Como se comportou ao deixar seu filho nos primeiros dias de aula?

Mãe I, *“acredito que bem, apesar de preocupada sei o quanto essa fase é importante para o desenvolvimento dela, tanto social quanto cognitivo”*.

Mãe II, *“sai da sala chorando até em casa, e ansiosa para chegar logo a hora de ir busca-lo”*.

Mãe III, *“muito preocupada e ao mesmo tempo ansiosa, afinal eram várias crianças para apenas dois monitores”*. Neste item, percebemos que a preocupação junto com a ansiedade se entrelaça neste período e tomam conta da cabeça das mães. São sentimentos que na sua grande maioria sentem neste momento, mas que reagem de maneiras diversas.

Contribuindo para o debate desta questão Erikson destaca:

As mães criam em seus filhos um sentimento de confiança por meio daquele tipo de tratamento que em sua qualidade combina o cuidado sensível das necessidades individuais da criança e um firme sentimento de fidedignidade pessoal dentro do arcabouço do estilo de vida de sua cultura. (ERIKSON, 1976, p. 229).

No entanto, é fato que hoje em nossa cultura as crianças ingressam cada vez mais cedo em creches ou pré-escolas e, nesta fase, a criança ainda não se percebe como um ser independente da mãe, logo, é comum o sentimento de medo da criança

frente à separação materna. Ensinar a dar tchau ou brincar de esconder, são algumas das formas de trabalhar o sentimento de ausência e permanência para minimizar os efeitos da separação precoce e favorecer o período de adaptação.

De acordo com o que foi expresso pelas mães, podemos constatar que o período de adaptação para elas, é um período que envolve o sentimento de confiança. E referente ao processo, observamos que cada mãe reage de uma maneira e assim seu filho também reagira diferente de outras crianças. Quando a mãe conversa com a criança, mostra o ambiente antes de ela inserir-se nele, discuti sobre como é seu professor e sua sala de aula, a criança estará com um conhecimento prévio do lugar onde estará posteriormente frequentando, e assim a criança tem essa assistência em casa, poderá tirar dúvidas e medos que podem ocorrer durante o processo de adaptação e começará a ter confiança no professor e na instituição.

6ª Questão: Qual a importância do professor neste período de adaptação das crianças na escola?

Mãe I, destaca que *“ele representa o elo entre a criança e o saber que vai fluir, passando confiança e estímulo para a aprendizagem”*.

Mãe II, *“é muito importante, pois depende dele diminuir o estresse vivido durante o período de adaptação, tornando-o mais tranquilo, com um planejamento organizado para o acolhimento”*.

Mãe III, *“ele é muito importante no crescimento em seu desenvolvimento, uma vez que esse profissional vai vivenciar uma boa parte do tempo (ano letivo) a vida escolar dessa criança”*.

Diante do exposto podemos observar que o professor é um sujeito de grande relevância, sendo peça principal no processo de adaptação escolar, pois o educador será o elo da criança com a instituição e a vivência estabelecida neste novo ambiente. Favorecendo o debate sobre esta questão:

A ação pedagógica das educadoras pode ser considerada um dos fatores mais relevantes em termos da adaptação dos bebês à creche. A qualidade dos cuidados depende em grande parte da habilidade de as profissionais prestarem atenção em cada um e levarem em conta as reações individuais dos bebês. Muitas vezes, entretanto, os baixos salários, inexperiência das educadoras, sua precária formação, acrescida à frequente troca de pessoal nas creches, são fatores que interferem na melhoria do trabalho com os bebês (RAPOPORT, 2005, p. 19).

Trabalhar com crianças pequenas principalmente com crianças de três anos é difícil e complexo, é necessário para isso muito mais que simplesmente gostar de

criança. Significa ficar uma jornada inteira de trabalho (muitas vezes variam de em média de seis a doze horas) cuidando de crianças, tanto em termos de suas necessidades básicas, e desenvolvendo propostas pedagógicas. Além disso, é preciso paciência para situações corriqueiras que ocorrem com bebês e crianças pequenas, como o choro, a briga e outras reações, estabelecendo limites e demonstrando atenção e carinho.

7ª Questão: Como a gestão poderia contribuir nesse processo?

Mãe I, *“sendo receptivo aos problemas que os professores passam em sala de aula, procurando soluções”*.

Mãe II, *“buscando ter harmonia com todos os sujeitos envolvidos neste processo, para contribuir para o bem estar das crianças”*.

A **Mãe III**, *“acolhendo os pais com assistência psicológica, com profissionais da área e principalmente está presente na rotina dos professores”*.

Cada criança tem o seu ritmo próprio e sua forma peculiar de adaptar-se. Portanto, neste período, as orientações da escola devem ser individualizadas, contemplando uma diversidade de decisões e horários, com os professores e coordenadores, atentos e prontos para apoiar e orientar quando necessário.

Neste processo de adaptação, alguns aspectos devem ser observados de maneira cautelosa pela gestão escolar, para promover uma iniciação fluída, prazerosa e, conseqüentemente, com uma experiência positiva. No período de adaptação, a gestão deve se preocupar em deixar o ambiente escolar, acolhedor e deve estar preparado para das informações aos pais e alunos sobre este processo. A criança se sente mais segura quando sabe o que vai acontecer na escola e o que ele terá que fazer.

Portanto, o processo da entrada da criança na escola, avaliado mediante a referência desta pesquisa, traz para todos os envolvidos no processo a possibilidade de atualizar um período bastante delicado e importante de suas vidas. Tal fato, só faz ressaltar a importância da preparação dos profissionais das escolas para favorecer essa conquista, partindo-se o princípio de que todos tem muito que aprender.

A pesquisa proporciona reflexões, apresentando informações e vivências significativas, mostrando que o período de adaptação na Educação Infantil, é um momento de grande relevância para todos os inseridos neste processo. Dessa forma, acreditamos que, para enfrentar as dificuldades características do período crítico que

é o da adaptação é necessário um trabalho coletivo, no qual os educadores debatam as diversidades inerentes ao grupo que povoa a instituição. Além disso, é preciso promover discussões e reflexões a cada novo período de entrada de crianças, aprendendo com o passado e planejando o futuro.

No entanto, é importante ressaltar que essas experiências passadas podem interferir tanto de forma positiva quanto negativa no processo educativo, já que dependerá da qualidade do acolhimento recebido e se houve um período de adaptação bem estruturado e contemplador das especificidades de cada faixa etária e de cada criança nos anos anteriores. Sendo assim, a importância de um período de adaptação, que não ocorra apenas nos primeiros dias de ingresso na instituição de ensino, mas por longos períodos nos quais sejam avaliados os sujeitos e suas relações tanto no âmbito social quanto ambiental, são fundamentais para a aquisição de habilidades psíquicas e de formação da identidade psicossocial e que estruturam o indivíduo para as novas demandas e para a resolução de conflitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo sobre o processo de adaptação na Educação Infantil e a pesquisa desenvolvida sobre esta temática com a gestora, professores e mães do CEI – Noilde Ramalho na cidade de Passa e Fica/RN, constatamos que muito se tem a compreender e a considerar sobre o processo de adaptação. Pois, é de grande mérito este processo, sendo uma fase complexa e gradual que cada criança reage de uma maneira diferente e cada uma tem o seu tempo para se adaptar servindo de desafio para os familiares, professores e todos os sujeitos inseridos, buscar um progresso para cada criança e acompanhar seu desenvolvimento durante o período de adaptação escolar, e conseqüentemente conquistar uma educação de qualidade, em que a criança seja o sujeito principal desse processo.

Portanto, durante a formação inicial dos professores de Educação Infantil, é crucial discutir e refletir sobre questões relacionadas à sua prática docente. E a realização deste trabalho possibilitou ampliar a visão em relação aos múltiplos fatores que podem influenciar no desenvolvimento do processo de adaptação na Educação Infantil. Em consonância com as discussões promovidas durante a realização deste trabalho, percebe-se que a adaptação na Educação Infantil é um processo que requer tempo e dedicação de todos os inseridos neste momento de vida das crianças.

É de grande relevância trabalhos que abordam essa temática, pois proporciona tanto ao pesquisador como ao educador um grande conhecimento, o qual ajudará na prática no seu dia-a-dia como educador na área de Educação Infantil, são conhecimentos fundamentais que estruturam o currículo e que dão apoio a sua vivência em sala de aula.

Ao concluirmos a pesquisa obtivemos uma visão reflexiva no que se refere à teoria e prática, percebemos a importância de ir a campo, vivenciar estas teorias para nossa formação docente, servindo como ponte para buscarmos desenvolver nossas práticas de qualidades. É fundamental ter em mente que a adaptação das crianças na Educação Infantil é um processo único, que varia de criança para criança, cada uma possui suas particularidades e seu ritmo. É importante considerar a individualidade de cada criança, consciente de que a adaptação depende do estabelecimento de vínculos afetivos e isto depende de como se dá o processo de identificação e consciência de si e do outro.

Enfim, podemos acreditar assim, não apenas ter alcançado os objetivos propostos academicamente, mas também de crescimento pessoal e profissional através da visão que tínhamos e daquela que adquirimos diante de tantos conhecimentos ao longo da pesquisa, que geraram mudanças significativas sobre a complexidade do processo de adaptação e, de esta, é uma construção complexa que exige muita dedicação, compreensão, confiança e paciência para que a criança, a família e a instituição escolar consigam desempenhar suas funções e concluir esse processo com muito sucesso.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara: 1973.
- BALABAN, N. **O início da vida escolar: da separação à independência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- BARBOSA, M. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, Â. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. V.2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BITTAR, M; SILVA, J; MOTA, M.A.C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: **Educação Infantil, política, formação e prática docente**. Campo Grande, MAS: UCDB, 2003.
- BOGDAM, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BORGES, M; e SOUZA, R; (org.) **A práxis na formação de educadores de Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília; MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta Preliminar. Segunda Versão, revista. Abril, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Básica, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição de 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições técnicas, 2013.
- BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações –SEEP, 2010.
- CRIANÇA**. Dicionário Online de Português. 2009-2017. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 05 de Jan. 2017.
- ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.
- FERREIRA, M. (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GHIGLIONE, R. MATALON, B.. **O Inquérito: Teoria e Prática**. Oeiras: Celta, 1997.

- GOLDSCHMIED, E. **Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche**. 2 ed, Porto Alegre: grupo A, 2006.
- HADDAD, L. **A creche em busca da sua identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.
- INFÂNCIA**. Dicionário Online de Português. 2009-2017. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 05 de Jan. 2017.
- JACQUES, R; E; H. **Inserção na creche e relações sociais: Estudo de um bebê recém-chegado**. Florianópolis, SC, 2014.
- KUHLMANN, J. **O Jardim de Infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX**.
- LARROSA, J. **Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascaradas**. Porto Alegre: Contra – Bando, 1998.
- LEVIN, E. **A infância em cena: Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- NOVAES, M; H. **Adaptação escolar: diagnóstico e orientação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Z. de M. & ROSSETTI FERREIRA, M. C. O valor da interação criança-criança em creches no desenvolvimento infantil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, p.62-70, 1993.
- OLIVEIRA, Z; M; R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7 ed, São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- ORTIZ, C. **Interações: ser professor de bebês: cuidar, educar e brincar, uma única ação**. São Paulo: Blucher, 2012.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PINTO, M. **A infância como construção social**. As crianças – contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade de Minho Portugal, 1997.
- RAPOPORT, A. **Adaptação de bebês à creche; a importância da atenção de pais e educadores**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- RICHARDSON, R. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIZZO, G. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ROSSETI-FERREIRA, M; C, et.al. **Os fazeres na educação infantil**. 9.ed. São Paulo: Cortes, 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- SANTIAGO, E. O Projeto Político-pedagógico da escola como instrumento da gestão democrática. In: MACHADO, Laêda Bezerra. SANTIAGO, Eliete (orgs.). **Políticas e gestão da educação básica**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009, p. 95-108.
- SANTORI, C; H. **Entrada da criança na escola e o período de adaptação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016. 2ª Edição.

SANTOS, A.N. de C. et al. In: GARCIA, R. L; FILHO, A.L. (Orgs). **Em defesa da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SARMENTO, M; J; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: **As crianças contextos e identidades**. Pinto Manuel e Sarmento Jacinto. Braga, Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho, 1997.

STRENZEL, G; R. Tempo de chegada na creche: conhecendo-se e fazendo-se conhecer. In: **Revista Zero a Seis**. Seção Cotidiano na Educação Infantil. n. 6, ago/dez 2002. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/cotid_giandrea.html. Acesso 17/02/2017.

GIANDRÉA, R. **A contribuição das pesquisas dos programas de pós-graduação em educação: orientações pedagógicas para a criança de 0 a 3 anos em creches**. S.1., 2001.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALZA, M. **A qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DO GESTOR



Prezado (a) Gestor (a), sendo aluna do curso de pedagogia da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba – Campus III), espero contar com seu apoio quanto ao preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações referentes ao processo de adaptação das crianças na Educação Infantil, para elaboração de um trabalho científico – TCC.

Questionário destinado ao Gestor (a):

PARTE 1.

Dados pessoais e profissionais:

1. Faixa Etária do entrevistado (a):

- () Menos de 20 anos
 () Entre 20 a 30 anos
 () Entre 31 a 40 anos
 () Entre 41 a 50 anos ou mais.

2. Formação acadêmica:

- () Nível Médio
 () Graduação. Qual? _____
 () Especialização. Em? _____
 () Mestrado. Em? _____
 () Doutorado. Em? _____

3. Tipo de Vínculo:

- () Efetivo () Contratado

4. Experiência no Campo Educacional:

- Tempo de gestão _____ anos

Desenvolvendo a Temática

1. Como você entende o processo de adaptação na educação infantil?

2. Como acontece o processo de adaptação na instituição em que você trabalha?

3. Qual o papel da escola no processo de adaptação?

4. Como pais e professores podem participar e ajudar no período de adaptação?
5. Qual a orientação da gestão escolar para os professores sobre este processo?
6. O PPP da instituição apresenta algum item que ressalta a adaptação das crianças?
7. Sob seu ponto de vista, quais são as funções da Educação Infantil?

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR



Prezado (a) Educador (a), sendo aluna do curso de pedagogia da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba – Campus III), espero contar com seu apoio quanto ao preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações referentes ao processo de adaptação de crianças na Educação Infantil, para elaboração de um trabalho científico – TCC.

Questionário destinado ao Professor (a):

PARTE 1.

Dados pessoais e profissionais:

5. Faixa Etária do entrevistado (a):

- () Menos de 20 anos
 () Entre 20 a 30 anos
 () Entre 31 a 40 anos
 () Entre 41 a 50 anos ou mais.

6. Formação acadêmica

- () Nível Médio
 () Graduação. Qual? _____
 () Especialização. Em? _____
 () Mestrado. Em? _____
 () Doutorado. Em? _____

7. Tipo de Vínculo:

- () Efetivo () Contratado

8. Experiência no Campo Educacional:

- Tempo que leciona _____ anos
- Turma em que leciona _____
- Número de alunos _____

9. Instituição:

- () Municipal () Privada

Desenvolvendo a Temática

1. O que você entende por adaptação na educação infantil?

2. Como ocorreu esse processo em sua sala de aula?

3. Como prepara o ambiente para o acolhimento das crianças durante o processo de adaptação?
4. Qual o papel da família das crianças nos primeiros dias de aula?
5. Como lidar com esta fase de adaptação?
6. Em sua opinião quanto tempo pai ou mãe devem ficar na escola? Eles devem ou não acompanhar os filhos nos primeiros dias de aula?
7. E sobre levar brinquedos e objetos de uso pessoal da criança para a escola, o que pensa sobre essa atitude?
8. Quais dicas você daria sobre os comportamentos que os pais costumam ter e que devem ser evitados para não atrapalhar a criança na fase de adaptação escolar?
9. Você orienta a família sobre este processo? Como?
10. O PPP da escola apresenta alguma discussão sobre o processo de adaptação da criança? Em que sentido?

APÊNDICE 3 - QUESTIONÁRIO DOS PAIS



Prezados pais ou responsáveis, sendo aluna do curso de pedagogia da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba – Campus III), espero contar com seu apoio quanto ao preenchimento deste questionário que tem como objetivo coletar informações referentes ao processo de adaptação de crianças na Educação Infantil, para elaboração de um trabalho científico – TCC.

Questionário destinado a pais ou responsáveis:

Informações Gerais

Entrevistado (a): Pai () Mãe () Responsável () Qual?

10. Faixa Etária do entrevistado (a):

- () Menos de 20 anos
 () Entre 20 a 30 anos
 () Entre 31 a 40 anos
 () Entre 41 a 50 anos ou mais.

11. Idade do filho na Educação infantil:

- () 0 a 1 ano
 () 1 a 2 anos
 () 2 a 3 anos
 () 3 a 4 anos

12. Escola:

- () Pública () Privada

Desenvolvendo a Temática

1. O que você entende por adaptação escolar?
2. Como aconteceu o processo de adaptação de seu filho (a) na educação infantil?
3. Como preparou seu filho (a) para ingressar na escola?
4. Como se sentiu ao deixar seu filho na escola?
5. Como se comportou ao deixar seu filho nos primeiros dias de aula?
6. Qual a importância do professor neste período de adaptação das crianças na escola?
7. Como a gestão poderia contribuir nesse processo?